



Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor
Independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balancos patrimoniais da controladora e do consolidado.....	8
Demonstrações dos resultados dos exercícios da controladora e consolidado	10
Demonstrações dos resultados abrangentes da controladora e do consolidado	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e do consolidado – método indireto	13
Demonstrações dos valores adicionados (informação adicional) da controladora e do consolidado ...	15
Notas explicativas integrantes às demonstrações contábeis	17

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Tegma Gestão Logística S.A.
São Bernardo do Campo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tegma Gestão Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tegma Gestão Logística S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *accounting standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser considerado em nosso relatório.

Ambiente de controle das receitas de logística automotiva (Notas Explicativas no 20 e no 21)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 20 – “Informações por segmento de negócio” e nº 21 – “Receita líquida dos serviços prestados”, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas reconheceram receitas líquidas no montante de R\$ 2.225.428 mil, provenientes da prestação de serviços logísticos (consolidado), sendo R\$ 2.062.159 mil provenientes do segmento de logística automotiva e R\$ 163.269 mil provenientes da logística integrada, respectivamente. A acuracidade do processo de reconhecimento das receitas do segmento de logística automotiva, o qual envolve a identificação do cumprimento da obrigação de performance está sujeita à um grande volume de transações e dados automaticamente integrados entre os sistemas de tecnologia, além de transações manuais de liquidação das respectivas operações em lotes.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, um principal assunto de auditoria, devido à relevância das receitas provenientes do segmento de logística automotiva para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como em virtude das integrações sistêmicas requeridas e controles manuais relacionados voltados à liquidação das respectivas transações em lotes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e a avaliação do processo e dos controles internos (incluindo aspectos de Tecnologia da Informação) estabelecidos pela administração para iniciação, mensuração e identificação do cumprimento da obrigação de performance, resultando no reconhecimento da receita de prestação de serviços e baixa do contas a receber;
- Avaliação do desenho e da efetividade dos controles gerais de Tecnologia da Informação (TI) a partir do envolvimento de nossos especialistas internos, bem como da interface de programação de aplicativo (API) entre os sistemas da Companhia;
- Com o auxílio de nossos especialistas internos de Tecnologia da Informação (TI), obtivemos os registros das operações junto ao banco de dados da Companhia e efetuamos testes de integridade por meio do confronto dos recebimentos integrados;
- Efetuamos testes de controles, testes de lançamentos manuais e testes substantivos sobre o processo de reconhecimento da receita de prestação de serviços por meio da inspeção de documentação suporte do registro das transações, análise do cumprimento das obrigações de performance e respectivas liquidações financeiras, quando aplicável;
- Efetuamos, em base amostral, procedimentos de confirmação de saldos junto aos clientes; e
- Avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para registro da receita de logística automotiva, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 10 de março de 2025, não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *accounting standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Alcides Afonso Louro Neto
Contador CRC 1SP-289.078/O-2

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	69.629	158.813	113.860	241.335
Contas a receber de clientes	6	379.599	394.100	443.159	437.934
Estoques (almoxarifado)		71	54	697	263
Imposto de renda e contribuição social	17	6.665	1.599	8.420	2.746
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.171	3.014	7.142	4.380
Demais contas a receber	8	27.959	14.906	31.704	17.922
Partes relacionadas	26	4.246	3.530	1.087	537
Despesas antecipadas		9.232	6.280	10.829	7.611
Total do ativo circulante		502.572	582.296	616.898	712.728
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Demais contas a receber	8	1.031	1.031	1.698	1.698
Imposto de renda e contribuição social	17	20.135	18.432	20.135	18.432
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.298	3.101	6.138	5.943
Partes relacionadas	26	1.115	1.115	1.115	1.115
Ativo fiscal diferido	17	-	930	953	3.269
Depósitos judiciais	16	21.774	20.466	24.578	23.178
Total do realizável a longo prazo		47.353	45.075	54.617	53.635
Investimentos	9	329.010	321.868	63.642	61.456
Imobilizado	10	123.108	87.416	321.041	245.613
Intangível	11	187.263	183.648	212.297	190.943
Direito de uso	13	55.311	71.624	68.250	65.019
Total do ativo não circulante		742.045	709.631	719.847	616.666
Total do ativo		1.244.617	1.291.927	1.336.745	1.329.394

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	29.256	28.801	29.767	29.089
Arrendamento	13	33.528	31.249	40.031	28.680
Fornecedores		13.113	5.241	15.367	7.540
Fretes a pagar		41.951	51.514	46.881	54.878
Tributos a recolher	14	29.535	27.841	33.235	31.470
Parcelamento de tributos		-	-	17	-
Salários e encargos sociais	15	37.885	29.176	42.682	33.430
Demais contas a pagar	18	41.050	39.441	71.554	45.780
Partes relacionadas	26	1.551	1.209	950	661
Imposto de renda e contribuição social	17	11.617	30.572	13.406	31.386
Total do passivo circulante		239.486	245.044	293.890	262.914
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	76.304	56.907	96.183	76.907
Arrendamento	13	29.725	47.533	36.036	42.397
Partes relacionadas	26	504	504	7.379	524
Passivo fiscal diferido	17	6.776	-	8.117	1.695
Provisões para demandas judiciais	16	17.680	18.674	20.664	21.692
Parcelamento de tributos		-	-	334	-
Passivo atuarial		1.909	1.856	1.909	1.856
Total do passivo não circulante		132.898	125.474	170.622	145.071
Total do passivo		372.384	370.518	464.512	407.985
Patrimônio líquido	19				
Capital social		460.000	438.839	460.000	438.839
Reservas de lucros		419.331	450.730	419.331	450.730
Transação de capital		(5.296)	(5.296)	(5.296)	(5.296)
Ações em tesouraria		(343)	(343)	(343)	(343)
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.459)	(1.424)	(1.459)	(1.424)
Dividendos adicionais propostos		-	38.903	-	38.903
Total do patrimônio líquido		872.233	921.409	872.233	921.409
Total do passivo e patrimônio líquido		1.244.617	1.291.927	1.336.745	1.329.394

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Receita líquida dos serviços prestados	21	2.006.152	1.850.830	2.225.428	2.090.127
Custo dos serviços prestados	22	(1.624.617)	(1.449.123)	(1.796.274)	(1.639.086)
Lucro bruto		381.535	401.707	429.154	451.041
Despesas gerais e administrativas	22	(106.435)	(90.505)	(125.909)	(107.546)
Despesas comerciais	22	(847)	(702)	(3.913)	(2.864)
Ganho (Perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	22	956	(2.892)	864	(3.161)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	23	(767)	2.059	(123)	1.959
		(107.093)	(92.040)	(129.081)	(111.612)
Lucro operacional		274.442	309.667	300.073	339.429
Resultado de equivalência patrimonial	9	46.512	53.167	26.811	29.264
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		36.391	25.846	46.495	35.287
Despesas financeiras		(29.474)	(23.894)	(35.006)	(26.512)
		6.917	1.952	11.489	8.775
Lucro antes dos impostos		327.871	364.786	338.373	377.468
Imposto de renda e contribuição social	17				
Corrente		(77.184)	(99.347)	(87.913)	(107.820)
Diferido		(7.724)	4.378	(7.497)	964
		(84.908)	(94.969)	(95.410)	(106.856)
Lucro líquido do exercício		242.963	269.817	242.963	270.612
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				242.963	269.817
Acionistas não controladores				-	795
				242.963	270.612
Lucro líquido por ação:	25				
Lucro por ação - básico (em Reais)				3,68	4,09
Lucro por ação - diluído (em Reais)				3,68	4,09

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	242.963	269.817	242.963	270.612
Outros resultados abrangentes:				
Constituição de passivo atuarial	(53)	619	(53)	619
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	18	(210)	18	(210)
Resultado abrangente total	242.928	270.226	242.928	271.021
Atribuível aos:				
Acionistas controladores			242.928	270.226
Acionistas não controladores			-	795
			242.928	271.021

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

Atribuível aos controladores da Tegma Gestão Logística S.A.

	Reservas de lucros											Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Transação de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2024	318.524	(343)	-	55.016	120.315	-	296.016	-	(1.833)	47.475	835.170	1.375	836.545
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	269.817	-	-	269.817	795	270.612
Integralização de capital	120.315	-	-	-	(120.315)	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	619	-	619	-	619
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	(210)	-	(210)	-	(210)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.475)	(47.475)	-	(47.475)
Constituição de reservas	-	-	-	13.491	-	-	86.207	(99.698)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	-	(170.119)	-	38.903	(131.216)	(238)	(131.454)
Transação de capital	-	-	(5.296)	-	-	-	-	-	-	-	(5.296)	(1.932)	(7.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	438.839	(343)	(5.296)	68.507	-	-	382.223	-	(1.424)	38.903	921.409	-	921.409
Saldos em 1º de janeiro de 2025	438.839	(343)	(5.296)	68.507	-	-	382.223	-	(1.424)	38.903	921.409	-	921.409
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	242.963	-	-	242.963	-	242.963
Integralização de capital	21.161	-	-	-	-	-	(21.161)	-	-	-	-	-	-
Constituição de passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	(53)	-	(53)	-	(53)
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	18	-	18	-	18
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.903)	(38.903)	-	(38.903)
Constituição de reservas	-	-	-	12.148	-	77.839	-	(89.987)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(100.225)	(152.976)	-	-	(253.201)	-	(253.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	460.000	(343)	(5.296)	80.655	-	77.839	260.837	-	(1.459)	-	872.233	-	872.233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício		242.963	269.817	242.963	270.612
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	22	20.815	14.800	31.259	26.146
Amortização direito de uso	22	25.152	25.042	30.461	29.489
Ganho na venda de bens	23	(192)	(266)	(487)	(778)
Provisão para demandas judiciais		1.679	1.183	1.681	1.827
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(956)	2.892	(864)	3.161
Equivalência patrimonial	9	(46.512)	(53.167)	(26.811)	(29.264)
Juros, variações monetárias e cambiais					
sobre empréstimos e debêntures	12	12.137	10.453	15.239	12.479
Juros sobre arrendamento	24	9.999	8.979	11.738	8.837
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	7.724	(4.378)	7.497	(964)
		272.809	275.355	312.676	321.545
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		15.457	(93.444)	(3.117)	(95.590)
Impostos a recuperar		(9.357)	(6.365)	(11.495)	(3.736)
Depósitos judiciais		411	(2.134)	376	(2.306)
Demais ativos		(16.966)	(4.961)	(25.029)	(4.867)
Fornecedores e fretes a pagar		(8.800)	12.862	(5.968)	11.993
Salários e encargos sociais		8.709	1.925	9.104	3.201
Partes relacionadas		(374)	(2.632)	6.461	(315)
Outras obrigações e tributos a recolher		78.974	112.406	90.788	122.180
		68.054	17.657	61.120	30.560
Caixa gerado pelas atividades operacionais antes dos pagamentos dos impostos, juros e demandas judiciais		340.863	293.012	373.796	352.105
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(12.235)	(10.700)	(15.268)	(12.721)
Juros pagos sobre arrendamento	13	(10.911)	(9.238)	(12.908)	(8.813)
Demandas judiciais pagas	16	(2.785)	(8.255)	(2.812)	(8.340)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(91.822)	(59.076)	(99.568)	(63.544)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		223.110	205.743	243.240	258.687

	Nota	Controladora		Consolidado	
		De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em controladas Caixa e equivalentes de caixa - Incorporação Catlog	9	(12.850)	(10.000)	-	(10.000)
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido		-	37.586	-	-
Dividendos recebidos	9	52.220	43.165	(9.381)	-
Aquisição de intangível	11	(12.428)	(15.354)	(14.870)	(15.742)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	10	(40.817)	(29.921)	(68.865)	(41.028)
Recebimento pela venda de bens		326	945	1.432	2.812
Pagamento na aquisição de investimentos		-	(6.000)	-	(6.000)
Caixa líquido (utilizado) proveniente nas atividades de investimento		(13.549)	20.421	(67.057)	(42.804)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos		(292.104)	(178.691)	(292.104)	(180.158)
Captação empréstimos e financiamentos		46.522	5.910	46.522	14.639
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(26.572)	(10.000)	(26.615)	(10.000)
Pagamento de arrendamento	13	(26.591)	(26.012)	(31.461)	(31.568)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(298.745)	(208.793)	(303.658)	(207.087)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(89.184)	17.371	(127.475)	8.796
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		158.813	141.442	241.335	232.539
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		69.629	158.813	113.860	241.335
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(89.184)	17.371	(127.475)	8.796

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado

	Nota	Controladora		Consolidado	
		De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Receitas					
Vendas brutas de serviços, líquidos dos descontos	21	2.367.231	2.182.923	2.633.685	2.468.704
Outras receitas		912	3.242	1.761	3.821
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber		956	(2.892)	864	(3.161)
		2.369.099	2.183.273	2.636.310	2.469.364
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos serviços prestados		(1.403.822)	(1.269.132)	(1.504.544)	(1.394.936)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(154.400)	(137.719)	(197.825)	(180.832)
		(1.558.222)	(1.406.851)	(1.702.369)	(1.575.768)
Valor adicionado bruto					
		810.877	776.422	933.941	893.596
Depreciação e amortização	22	(20.815)	(14.800)	(31.259)	(26.146)
Amortização direito de uso	22	(25.152)	(25.042)	(30.462)	(29.489)
		(45.967)	(39.842)	(61.721)	(55.635)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia					
		764.910	736.580	872.220	837.961
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9	46.512	53.167	26.811	29.264
Receitas financeiras	24	36.391	25.846	46.494	35.287
		82.903	79.013	73.305	64.551
Valor adicionado total a distribuir					
		847.813	815.593	945.525	902.512

	Nota	Controladora		Consolidado	
		De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		156.061	127.175	182.065	149.653
Benefícios		37.635	31.906	46.409	39.224
FGTS		9.081	7.412	10.982	8.753
		202.777	166.493	239.456	197.630
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		183.618	183.201	211.658	211.497
Estaduais		158.419	142.568	178.917	160.407
Municipais		4.512	4.803	8.325	8.455
		346.549	330.572	398.900	380.359
Remuneração de capitais de terceiros / Financiadores					
Juros e variações cambiais		29.474	23.894	35.005	26.512
Aluguéis		26.050	24.817	29.201	27.399
		55.524	48.711	64.206	53.911
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos e juros sobre capital próprio		152.976	131.216	152.976	131.216
Lucro retidos dos acionistas controladores		89.987	138.601	89.987	138.601
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	795
		242.963	269.817	242.963	270.612
Valor adicionado distribuído		847.813	815.593	945.525	902.512

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado

1 Contexto operacional

A Tegma Gestão Logística S.A. ("Controladora") e suas empresas Controladas ("Companhia") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químicos e eletrodomésticos.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Bernardo do Campo, SP, listada no segmento Novo Mercado da B3 sob o código TGMA3, e sujeita à arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória em seu Estatuto Social.

A Companhia é composta por duas divisões: logística automotiva e logística integrada.

Os serviços da Companhia na Divisão de Logística Automotiva compreendem:

- **Transporte rodoviário:** Transporte, coleta, distribuição e transferência de veículos novos e usados em todo território nacional e Mercosul (importação e exportação) com frota 100% rastreada; e
- **Serviços Logísticos:** Centros automotivos com serviços de armazenagem, gestão do pátio e estoque (*in house*), serviços de preparação de veículos para venda (PDI), tropicalização, accessorização (Big Fleet ou varejo).

Os serviços da Companhia na Divisão de Logística Integrada compreendem:

- **Transporte rodoviário:** *milk run* (sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em dois ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino final, sempre em horários pré-estabelecidos); *full truck load* (é o tipo de carga homogênea, geralmente com volume suficiente para preencher completamente uma caçamba ou o baú de um caminhão), transferência de granéis sólidos/líquidos e de peças entre fornecedores e as unidades produtivas dos clientes;
- **Armazenagem geral e alfandegada:** englobando armazenagem e gestão de peças e componentes, *cross docking* (sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida, em um armazém ou Centro de Distribuição, não é estocada mas sim imediatamente preparada para o carregamento da entrega), *picking* ou separação e preparação de pedidos (na recolha em armazém de certos produtos, podendo ser diferentes em categoria e quantidades, face a pedido de um cliente, de forma a satisfazer o mesmo), manuseio e preparação, armazenagem de granéis químicos líquidos e sólidos, armazenagem *in-house* (na estrutura do cliente), armazenagem de veículos e armazenagem alfandegada dentro de estruturas adequadas à legislação de entrepostos aduaneiros (por meio da *joint venture* GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A);
- **Gestão logística:** envolvendo controle de estoques, abastecimento de linha de produção *just in time*, gestão de embalagens retornáveis, gestão de peças e componentes, gerenciamento de estoque de mercadorias nacionais e importadas e logística reversa.

2 Relação de entidades controladas, coligada e empreendimento controlado em conjunto

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Controladas diretas e indiretas e empreendimento controlado em conjunto	Participação		Relacionamento
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	
Tegma Cargas Especiais Ltda. ("TCE")	100%	100%	Controlada direta
Tegma Logística de Armazéns Ltda. ("TLA")	100%	100%	Controlada direta
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. ("Tegmax")	100%	100%	Controlada direta
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. ("Niyati")	100%	100%	Controlada direta
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. ("TegUp")	100%	100%	Controlada direta
Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda. ("Tech Cargo")	100%	100%	Controlada direta
Catlog Logística de Transportes S.A. ("Catlog") (i)	-	-	Incorporada Empreendimento controlado em conjunto
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL")	50%	50%	Controlada direta
Fastline Logística Automotiva Ltda ("Fastline") (ii) (iii) (iv)	100%	100%	Coligada indireta
Rabbot Technologies Ltd	16%	16%	Controlada indireta
Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda. (BKM) (iv)	70%	-	Controlada indireta

- (i) Em continuidade ao plano de simplificação da estrutura societária e obter ganhos operacionais e financeiros na utilização de ativos, em maio de 2024, a controlada Catlog Logística de Transporte Ltda, foi incorporada pela Tegma Gestão Logística S.A.
- (ii) Em maio de 2024, com a incorporação da Catlog Logística de Transporte Ltda., pela Tegma Gestão Logística S.A., a Fastline Logística Automotiva Ltda. passa a ser controlada direta.
- (iii) Em dezembro de 2024, a Companhia adquiriu 17% de participação da empresa Fastline Logística Automotiva Ltda., se tornando detentora dos 100% de participação societária
- (iv) A Companhia por meio de Comunicado ao mercado divulgado no dia 25 de junho de 2025, anunciou que a sua controlada Fastline Logística Automotiva Ltda celebrou contrato de compra e venda para aquisição de quotas do capital social da Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda. Diante do cumprimento das condições contratuais a conclusão da operação ocorreu no dia 07 de agosto de 2025. A aquisição está em linha com o direcionamento estratégico de crescimento e de diversificação da Companhia, que busca por negócios que possam complementar suas operações.

3 Bases para preparação e políticas contábeis

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e de acordo com as Normas contábeis internacionais (IFRS *accounting standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 9 de março de 2026.

As mudanças relacionadas às políticas contábeis materiais estão descritas na Nota Explicativa nº 3.1 (a).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota explicativa nº 4.e – análise de sensibilidade de instrumentos financeiros;

Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração das perdas de crédito esperadas;

Nota explicativa nº 9 e 11 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio;

Nota explicativa nº 10 e 11 – definição de vida útil do imobilizado e intangível;

Nota explicativa nº 13 – reconhecimento e mensuração de arrendamento mercantil;

Nota explicativa nº 16 – reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais;

Nota explicativa nº 17 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

d. Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas Controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros.

A Companhia e suas Controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Uma equipe de avaliação possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

O método de apuração do valor justo utilizado pela Companhia e suas Controladas consiste em realizar a projeção a valor futuro com base nas condições contratadas e posteriormente calcular a valor presente descontando as curvas estabelecidas em cada contrato.

Para maiores detalhes sobre os níveis de mensuração do valor justo, veja a Nota nº 4 (g).

3.1 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotados pela Companhia e suas Controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Já aquelas relacionadas a diferentes aspectos das demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis

Em 2025 houve alterações de normas e interpretações, porém sem impactos nos processos da Companhia, abaixo relação:

- CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. A alteração estabelece como avaliar a conversibilidade de uma moeda, definir a taxa de câmbio e divulgar os impactos dessa situação nas demonstrações financeiras.
- CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As alterações harmonizam as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

a Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas.

- Alteração na norma IFRS 18/ CPC 26 (R1) – O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas;
- Alteração na norma IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade Pública, sobre a permissão que as entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10(CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controlada que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.
- Alteração na norma IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais, as alterações aplicam-se a contratos de eletricidade dependentes de fatores naturais, esclarecendo o uso próprio, ajustando a designação em hedge de fluxo de caixa e exigindo novas divulgações sobre seus impactos financeiros.
- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11, como parte da manutenção periódica das normas contábeis IFRS, o IASB indicou algumas normas que passarão por atualizações, com o intuito de esclarecer, simplificar, corrigir e melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Assim o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em suas futuras revisões.

b Base de consolidação**(i) Controladas e investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordos de acionistas, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 2 – Relação de entidades controladas – e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) considerada como empreendimento controlado em conjunto que têm seus resultados considerados nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Investimentos.

(ii) **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c Moeda estrangeira

(i) **Transações em moeda estrangeira**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

d Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas Controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas Controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas Controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas Controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas Controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor

ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota para derivativos designados como instrumentos de *hedge*.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é

reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia e suas Controladas desconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas Controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas Controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas Controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas Controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas Controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPC aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

g Reclassificação efetuada na demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 2024

A Companhia efetuou a reclassificação do caixa e equivalente de caixa proveniente da incorporação Catlog Logística de Transportes S.A. ocorrida em maio de 2024, anteriormente apresentado como atividade operacional, para o grupo de atividades de investimento, na demonstração dos fluxos de caixa da controladora. Da mesma forma, efetuou a reclassificação entre as linhas de impostos e recuperar e outras obrigações e tributos a recolher, em variações ativos e passivos, na demonstração dos fluxos de caixa da controladora e do consolidado. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da natureza econômica das transações, e não tiveram efeitos sobre os demais elementos destas demonstrações individuais e consolidadas.

4 Gestão de risco financeiro

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, sendo avaliadas e definidas estratégias de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado taxa de câmbio

O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos em operações com moedas diferentes da moeda funcional.

b. Risco de mercado taxa básica de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos circulantes e não circulantes. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de variação de taxa de juros e seu impacto sobre o de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de taxa de juros da Companhia é representado pela exposição à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a taxa básica de juros Selic. A seguir está demonstrada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à essas variações:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Empréstimos e financiamentos	12	(105.560)	(85.708)	(125.950)	(105.996)
Aplicações financeiras	5	68.035	157.032	112.111	239.484
Exposição líquida		(37.525)	71.324	(13.839)	133.488

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades independentes com “rating” classificado como grau de investimento minimamente com boa qualidade e risco baixo, em ao menos 2 das 3 principais agências de classificação (*Standard & Poor’s*, *Fitch Ratings* e *Moody’s*). As aplicações são distribuídas entre as diversas instituições bancárias, evitando a concentração superior a 30% do caixa em cada uma delas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente baseado no score individual divulgado pelos *bureaus* e/ou motor de crédito, seguindo a política interna para classificação do risco. As práticas de gestão de risco de crédito incluindo métodos e premissas estão descritas nas notas explicativas nº 5 e 6. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A exposição da Companhia está demonstrada a seguir:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	69.629	158.813	113.860	241.335
Contas a receber de clientes	6	379.599	394.100	443.159	437.934
		449.228	552.913	557.019	679.269

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e consolidada pela tesouraria.

Através dessa previsão, a tesouraria monitora a disponibilidade de caixa para atender as necessidades operacionais e financeiras da Companhia, mantendo e contratando linhas de crédito disponíveis em níveis adequados.

O caixa é investido em operações financeiras conservadoras e com liquidez de curto prazo para fazer face às previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir ilustra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são fluxos de caixas não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

							Controladora
	Nota	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 16 anos	
Empréstimos e financiamentos	12	105.560	144.022	43.042	56.561	44.419	
Arrendamento	13	63.253	77.239	36.182	18.526	22.531	
Fornecedores e fretes a pagar		55.064	55.064	55.064	-	-	
Demais contas a pagar	18	41.050	41.050	41.050	-	-	
Partes relacionadas	26	2.055	2.055	1.551	504	-	
Em 31 de dezembro de 2025		266.982	319.430	176.889	75.591	66.950	

							Controladora
	Nota	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 16 anos	
Empréstimos e financiamentos	12	85.708	110.360	36.618	32.628	41.114	
Arrendamento	13	78.782	98.146	39.438	24.997	33.711	
Fornecedores e fretes a pagar		56.755	56.755	56.755	-	-	
Demais contas a pagar	18	39.441	39.441	39.441	-	-	
Partes relacionadas	26	1.713	1.713	1.209	504	-	
Em 31 de dezembro de 2024		262.399	306.415	173.461	58.129	74.825	

							Consolidado
	Nota	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 16 anos	
Empréstimos e financiamentos	12	125.950	188.291	46.609	60.802	80.880	
Arrendamento	13	76.067	95.618	46.196	26.428	22.994	
Fornecedores e fretes a pagar		62.248	62.248	62.248	-	-	
Demais contas a pagar	18	71.554	71.554	71.554	-	-	
Partes relacionadas	26	8.329	8.329	950	7.379	-	
Em 31 de dezembro de 2025		344.148	426.040	227.557	94.609	103.874	

							Consolidado
	Nota	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 16 anos	
Empréstimos e financiamentos	12	105.996	151.975	39.131	35.452	77.392	
Arrendamento	13	71.077	91.717	37.539	23.394	30.784	
Fornecedores e fretes a pagar		62.418	62.418	62.418	-	-	
Demais contas a pagar	18	45.780	45.780	45.780	-	-	
Partes relacionadas	26	1.185	1.185	661	524	-	
Em 31 de dezembro de 2024		286.456	353.075	185.529	59.370	108.176	

e. Análise de sensibilidade

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. Considerando que tanto o valor aplicado quanto todas as dívidas da Companhia (empréstimos, financiamentos e contraprestação a pagar BKM) estão atreladas ao CDI (14,90% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 12,15% a.a. em 31 de dezembro de 2024) e a Selic (15,00% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 12,25% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

De acordo com a avaliação efetuada pela Administração o cenário mais provável (Cenário I) apresenta o impacto anual considerando a manutenção do CDI e da Selic. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar os impactos de um aumento de 25% e 50% nas variáveis de risco consideradas. São eles os Cenários II e III, respectivamente. Dessa forma, para essa análise, consideramos para o cálculo do risco de exposição líquida um aumento do passivo e do ativo, ou seja, apreciativo do CDI e da Selic.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido com base no CDI e na Selic dos cenários apresentados em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) 25%	Cenário Remoto (III) 50%	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) 25%	Cenário Remoto (III) 50%
Aplicações Financeiras	10.132	12.665	15.198	16.717	20.896	25.075
Receitas	10.132	12.665	15.198	16.717	20.896	25.075
NCE Itaú	(6.298)	(7.793)	(9.287)	(6.298)	(7.793)	(9.287)
NCE Santander	(3.936)	(4.820)	(5.705)	(3.936)	(4.820)	(5.705)
Finame BNDES	(6.881)	(8.445)	(10.009)	(10.284)	(12.613)	(14.942)
Contraprestação a pagar (BKM)	-	-	-	(335)	(419)	(503)
Despesas	(17.115)	(21.058)	(25.001)	(20.853)	(25.645)	(30.437)
Efeito líquido no resultado e no Patrimônio Líquido	(6.983)	(8.393)	(9.803)	(4.136)	(4.749)	(5.362)

f. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Já o capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida, conforme segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Empréstimos e financiamentos	12	105.560	85.708	125.950	105.996
Caixa e equivalentes de caixa	5	(69.629)	(158.813)	(113.860)	(241.335)
Dívida (Caixa) Líquida(o)		35.931	(73.105)	12.090	(135.339)
Total do patrimônio líquido		872.233	921.409	872.233	921.409
Capital Total		908.164	848.304	884.323	786.070
Índice de alavancagem financeira		4,0%	(8,6%)	1,4%	(17,2%)

g. Classificação dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.
- **Nível 3:** Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

A metodologia aplicada para cálculo do valor justo é levar a valor futuro pela curva do CDI ou Selic, considerando o percentual do indexador contratado e depois trazer a valor presente descontando por 100% da curva do CDI ou Selic, já quando há operações de moeda estrangeira levar a valor futuro pela taxa pré contratada e trazer a valor presente descontando pela curva do cupom cambial (diferencial da taxa de juros interna e da variação cambial projetada) a partir da taxa do dólar PTAX de venda do dia útil anterior à data base do cálculo (conhecido no mercado financeiro como “Cupom Sujo”).

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas:

Controladora							
Em 31 de dezembro de 2025				Em 31 de dezembro de 2024			
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
Ativos							
Valor justo por meio do resultado							
Aplicações financeiras	5	68.035	68.035	Nível 1	157.032	157.032	Nível 1
Ativos pelo custo amortizado							
Recursos em bancos e em caixa	5	1.594	1.594	Nível 1	1.781	1.781	Nível 1
Contas a receber de clientes	6	379.599	379.599	Nível 2	394.100	394.100	Nível 2
Partes relacionadas	26	5.361	5.361	Nível 2	4.645	4.645	Nível 2
Demais contas a receber (i)	8	2.880	2.880	Nível 2	1.822	1.822	Nível 2
		457.469	457.469		559.380	559.380	
Passivos							
Passivos pelo custo amortizado							
Empréstimos e financiamentos	12	(105.560)	(110.206)	Nível 2	(85.708)	(89.651)	Nível 2
Arrendamento	13	(63.253)	(63.253)	Nível 3	(78.782)	(78.782)	Nível 3
Fornecedores e fretes a pagar		(55.064)	(55.064)	Nível 2	(56.755)	(56.755)	Nível 2
Demais contas a pagar	18	(41.050)	(41.050)	Nível 2	(39.441)	(39.441)	Nível 2
Partes relacionadas	26	(2.055)	(2.055)	Nível 2	(1.713)	(1.713)	Nível 2
		(266.982)	(271.628)		(262.399)	(266.342)	

Consolidado

	Nota	Em 31 de dezembro de 2025			Em 31 de dezembro de 2024		
		Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
Ativos							
Valor justo por meio do resultado							
Aplicações financeiras	5	112.111	112.111	Nível 1	239.484	239.484	Nível 1
Ativos pelo custo amortizado							
Recursos em bancos e em caixa	5	1.749	1.749	Nível 1	1.851	1.851	Nível 1
Contas a receber de clientes	6	443.159	443.159	Nível 2	437.934	437.934	Nível 2
Partes relacionadas	26	2.202	2.202	Nível 2	1.652	1.652	Nível 2
Demais contas a receber (i)	8	3.644	3.644	Nível 2	2.838	2.838	Nível 2
		562.865	562.865		683.759	683.759	
Passivos							
Passivos pelo custo amortizado							
Empréstimos e financiamentos	12	(125.950)	(133.339)	Nível 2	(105.996)	(109.246)	Nível 2
Arrendamento	13	(76.067)	(76.067)	Nível 3	(71.077)	(71.077)	Nível 3
Fornecedores e fretes a pagar		(62.248)	(62.248)	Nível 2	(62.418)	(62.418)	Nível 2
Demais contas a pagar	18	(71.554)	(71.554)	Nível 2	(45.780)	(45.780)	Nível 2
Partes relacionadas	26	(8.329)	(8.329)	Nível 2	(1.185)	(1.185)	Nível 2
		(344.148)	(351.537)		(286.456)	(289.706)	

(i) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos da Companhia e de suas Controladas e não constituem um investimento visando auferir ganhos. A rubrica inclui o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Recursos em banco e em caixa	1.594	1.781	1.749	1.851
Aplicações financeiras	68.035	157.032	112.111	239.484
	69.629	158.813	113.860	241.335

As aplicações financeiras são de curto prazo, com liquidez, conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão representadas por operações com liquidez imediata e com período de carência, com remuneração média de 100,1% para os prazos estabelecidos em 31 de dezembro de 2025 (101,1% em 31 de dezembro de 2024) da variação do índice do CDI.

A Companhia adota uma gestão de caixa centralizada na Controladora, apesar do caixa consolidado ser distribuído entre suas Controladas.

A análise de sensibilidade da Companhia é divulgada na nota explicativa nº 4.e.

6 Contas a receber de clientes

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as perdas estimadas quando requerida.

No final de cada período, a Companhia e suas Controladas avaliam a qualidade do crédito do ativo financeiro, e se forem consideradas deterioradas haverá a constituição da perda esperada.

Com base nas contas a receber em atraso (*aging-list*) levando-se em conta o histórico de perdas da Companhia, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros, como em regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias são integralmente reconhecidos como perdas esperadas. Os clientes da Companhia, de grande porte, com boa qualidade de crédito, relacionamento de longo prazo sem histórico de perdas têm seus títulos vencidos provisionados quando ultrapassam 360 dias.

Caso o valor originalmente provisionado seja recebido, a Companhia efetua uma reversão da perda esperada. Quando não há expectativa de recebimento dos valores, a Companhia reconhece a perda efetiva dos títulos, revertendo igualmente a perda esperada anteriormente constituída.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Cientes nacionais	373.583	386.285	437.647	430.532
Cientes exterior	8.035	10.789	8.035	10.789
Perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(2.019)	(2.974)	(2.523)	(3.387)
	379.599	394.100	443.159	437.934

Em 31 de dezembro de 2025 o prazo médio de recebimento foi de aproximadamente 49 dias para a Controladora e 52 dias para o Consolidado (50 dias para a Controladora e 51 dias para o Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Títulos a vencer	331.946	345.309	385.870	385.992
Títulos vencidos até 30 dias	34.256	36.607	40.445	37.970
Títulos vencidos de 31 até 90 dias	10.264	7.367	12.466	8.556
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	1.970	3.728	3.007	4.207
Títulos vencidos há mais de 181 dias	3.182	4.063	3.894	4.596
	381.618	397.074	445.682	441.321

A movimentação das perdas de crédito esperadas de liquidação duvidosa (PECLD) da Companhia é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	(2.974)	(1.048)	(3.387)	(1.798)
Adições	(3.436)	(3.898)	(4.294)	(5.163)
Reversões	4.391	1.963	5.158	3.512
Outros	-	9	-	62
Saldos em 31 de dezembro	(2.019)	(2.974)	(2.523)	(3.387)

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém qualquer título como garantia.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recuperar	4.400	3.418	7.667	6.494
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras	195	448	415	961
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre serviços e outros	26	26	35	35
Programa de integração social (PIS) e Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	2.797	1.451	4.173	2.062
Outros	1.051	772	990	771
	8.469	6.115	13.280	10.323
Circulante	5.171	3.014	7.142	4.380
Não circulante	3.298	3.101	6.138	5.943
	8.469	6.115	13.280	10.323

8 Demais contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Ativo indenizatório	421	421	1.088	1.088
Adiantamento a fornecedores (i)	24.565	13.551	28.081	16.101
Adiantamento funcionários	1.545	564	1.677	681
Outros créditos	2.459	1.401	2.556	1.750
	28.990	15.937	33.402	19.620
Circulante	27.959	14.906	31.704	17.922
Não circulante	1.031	1.031	1.698	1.698
	28.990	15.937	33.402	19.620

(i) Em dezembro de 2025, o montante de R\$ 10.097 refere-se ao saldo disponível em sistema eletrônico para adiantamentos aos transportadores (R\$ 2.889 em dezembro de 2024).

9 Investimentos

Controladas e empreendimento controlado em conjunto

	Controladora					
	Em 31 de dezembro de 2025			Em 31 de dezembro de 2024		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
Controladas						
Tegma Cargas Especiais Ltda. (TCE)	52.780	6.363	59.143	72.786	6.363	79.149
Tegma Logística de Armazéns Ltda. (TLA)	39.437	-	39.437	33.799	-	33.799
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. (Niyati)	135.448	-	135.448	134.911	-	134.911
Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda (Tech Cargo)	1	-	1	1	-	1
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (Tegmax)	1.548	-	1.548	1.437	-	1.437
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. (TegUp)	14.459	-	14.459	15.801	-	15.801
Fastline Logística Automotiva Ltda. (FLL) (i)	29.061	-	29.061	10.425	-	10.425
	272.734	6.363	279.097	269.160	6.363	275.523
Empreendimento controlado em conjunto						
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL)	33.220	16.693	49.913	29.652	16.693	46.345
	33.220	16.693	49.913	29.652	16.693	46.345
	305.954	23.056	329.010	298.812	23.056	321.868
Consolidado						
	Em 31 de dezembro de 2025			Em 31 de dezembro de 2024		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
Empreendimento controlado em conjunto						
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL)	33.220	16.693	49.913	29.652	16.693	46.345
Coligada indireta						
Rabbot Technologies Ltd	8.424	5.305	13.729	9.805	5.306	15.111
	41.644	21.998	63.642	39.457	21.999	61.456

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (iv) a controlada Fastline Logística Automotiva Ltda adquiriu 70% das quotas representativas da Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda., tornando-a controlada indireta da Companhia.

Combinação de Negócios - Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda.

Em 07 de agosto de 2025 após satisfeitas as condições para a aquisição, a transação foi concluída representando 70% das quotas da investida Buskar.Me. Em complemento, o contrato de Compra e Venda prevê de forma irrevogável a aquisição dos 30% das quotas remanescentes até 2029 por parte da controlada Fastline Logística Automotiva Ltda, conforme os respectivos critérios de negociação.

Sendo assim, para fins contábeis, a participação reconhecida no momento da aquisição é de 100% do capital da investida, visto a obrigação de compra e venda já firmada em contrato.

A Companhia classifica a aquisição como combinação de negócios, pois os ativos e os processos adquiridos possuem elementos independentes para geração de retornos econômicos.

A seguir a relação do ativo intangível identificado, objeto de avaliação ao valor justo e base para alocação do preço de compra, que fundamentaram os registros preliminares da combinação de negócios:

Contraprestação paga	12.850
Contraprestação retida (ii)	2.250
Parcela de pagamento futuro (iii)	4.605
Contraprestação total	<u>19.705</u>

- (ii) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a parcela retida tem por objetivo assegurar possíveis perdas materializadas, por parte da Buskar.Me. O pagamento será realizado em três parcelas corrigidas monetariamente pelo CDI, a partir do terceiro aniversário da data de fechamento, descontadas eventuais contingências de responsabilidade do vendedor que tenham se materializado.

- (iii) O contrato de compra e venda estabelece o compromisso de compra futura das quotas remanescentes, que representam 30% do capital social da Buskar.Me. A aquisição será efetuada em três parcelas, a partir de abril de 2027 e término no ano de 2029. O valor da contraprestação reconhecida como parcela de pagamento futuro sobre a aquisição das quotas remanescentes, foi mensurado com base nas melhores estimativas disponíveis no momento da compra trazidos a valor presente.

Em conformidade com o CPC 15 – Combinações de Negócios, na determinação da alocação do preço da aquisição, foi identificado ativo intangível com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, sendo esse:

Software	3.704
Ativo intangível total	<u>3.704</u>

Foi calculado o passivo fiscal diferido no montante de R\$ 1.259.

Seguem os valores contábeis dos ativos adquiridos e os passivos assumidos:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	3.469	Empréstimos e financiamentos	43
Contas a receber de clientes	1.244	Obrigações fiscais	130
Impostos a recuperar	2	Obrigações Trabalhistas	148
Outras contas a receber	115	Outras contas a pagar	19
Ativo Circulante Total	4.830	Passivo Circulante Total	340
Não Circulante		Não Circulante	
Ativo imobilizado	64	Empréstimos e financiamentos	33
Ativo intangível	149	Obrigações fiscais	393
Ativo Não Circulante	213	Passivo Não Circulante	426
Ativo Total	<u>5.043</u>	Passivo Total	<u>766</u>
		Total ativo líquido	<u>4.277</u>

O valor contábil do ativo líquido, somado ao ativo intangível foi inferior à soma da contraprestação total e do passivo fiscal diferido, conforme demonstrado a seguir:

Contraprestação total	19.705
(-) Valor contábil do ativo líquido	(4.277)
(-) Ativo intangível identificado - Software	(3.704)
(+) Passivo fiscal diferido	<u>1.259</u>
Goodwill (Ágio)	<u>12.983</u>

O *goodwill* de R\$ 12.983 reconhecido na aquisição da Buskar.Me contempla a participação total da investida, conforme apresentado nas notas explicativas nº 2 item (iv) e nº 11 item (ii).

Sendo assim, a partir de agosto de 2025, a Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda passa a ser consolidada via Fastline Logística Automotiva Ltda.

O caixa proveniente da aquisição da controlada, considerando o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, deduzido do preço pago, resulta no seguinte caixa líquido:

Contraprestação paga	12.850
(-) Caixa adquirido da controlada	<u>3.469</u>
Caixa líquido	<u>9.381</u>

A amortização do ativo intangível identificado na alocação do preço de compra é calculada pelo método linear considerando a vida útil estimada de 5 anos.

Movimentação dos investimentos

Controladora

	TCE	TLA	Niyati	Tech Cargo	Tegmax	TegUp	Catlog	FLL	GDL	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	81.762	25.078	134.605	1	1.415	6.833	61.371	-	43.201	354.266
Equivalência patrimonial	7.215	5.505	3.506	-	22	(1.032)	5.026	2.627	30.298	53.167
Alteração de participação societária (i)	-	-	-	-	-	-	(66.397)	8.959	-	(57.438)
Aumento de capital (ii)	-	5.038	-	-	-	10.000	-	-	-	15.038
Dividendos recebidos	(9.828)	(1.822)	(3.200)	-	-	-	-	(1.161)	(27.154)	(43.165)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	79.149	33.799	134.911	1	1.437	15.801	-	10.425	46.345	321.868
Saldo em 1º de janeiro de 2025	79.149	33.799	134.911	1	1.437	15.801	-	10.425	46.345	321.868
Equivalência patrimonial	1.487	7.207	3.867	-	134	(1.342)	-	6.964	28.195	46.512
Aumento de capital (iii)	-	-	-	-	-	-	-	12.850	-	12.850
Dividendos	(21.493)	(1.569)	(3.330)	-	(23)	-	-	(1.178)	(24.627)	(52.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	59.143	39.437	135.448	1	1.548	14.459	-	29.061	49.913	329.010

- (i) Em maio de 2024, a controlada Catlog Logística de Transportes Ltda. foi incorporada pela controladora Tegma Gestão Logística S.A. conforme NE 2 item (i)
- (ii) Refere-se ao aumento de capital efetuado na controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda, por meio de transferência de embalagens, conforme NE 10 item (v).
- (iii) A Companhia realizou o aumento de capital na controlada Fastline Logística Automotiva Ltda. com aporte financeiro, conforme transação detalhada na nota explicativa 2 Relação de entidades controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto item (iv).

Consolidado

	2025			2024		
	GDL	Rabbot	Total	GDL	Rabbot	Total
Saldo em 1º de janeiro	46.344	15.113	61.457	43.201	6.145	49.346
Equivalência patrimonial	28.195	(1.384)	26.811	30.298	(1.034)	29.264
Dividendos recebidos	(24.626)	-	(24.626)	(27.154)	-	(27.154)
Aumento de capital	-	-	-	-	10.000	10.000
Saldo em 31 de dezembro	49.913	13.729	63.642	46.345	15.111	61.456

	<u>2025</u>
	<u>Buskar.me</u>
Saldo em 1º de janeiro	-
Aquisição na participação societária	4.277
Equivalência patrimonial	<u>(1.568)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>2.709</u>

Participação da Controladora nos resultados das Controladas diretas e indiretas, todas sendo sociedades por cotas de participação limitada, como também no total de seus ativos, passivos e resultado:

	<u>TCE</u>	<u>TLA</u>	<u>Niyati</u>	<u>Tech Cargo</u>	<u>Tegmax</u>	<u>TegUp</u>	<u>FLL</u>	<u>BKM</u>
Em 31 de dezembro de 2025								
Ativo	107.041	51.150	158.445	1	1.587	14.460	44.746	3.961
Passivo	54.261	11.713	22.997	-	39	1	15.685	1.252
Patrimônio Líquido	52.780	39.437	135.448	1	1.548	14.459	29.061	2.709
Em 31 de dezembro de 2024								
Ativo	116.601	39.462	135.206	1	1.542	15.802	15.697	-
Passivo	43.815	5.663	295	-	105	1	5.272	-
Patrimônio Líquido	72.786	33.799	134.911	1	1.437	15.801	10.425	-

	<u>De janeiro a dezembro de 2025</u>						
	<u>TCE</u>	<u>TLA</u>	<u>Niyati</u>	<u>Tegmax</u>	<u>TegUp</u>	<u>FLL</u>	<u>BKM</u>
Receita líquida dos serviços prestados	99.327	63.728	6.889	-	-	58.567	4.795
Custo dos serviços prestados	<u>(85.894)</u>	<u>(50.351)</u>	<u>(3.315)</u>	-	<u>(1)</u>	<u>(39.000)</u>	<u>(5.022)</u>
Lucro bruto	13.433	13.377	3.574	-	(1)	19.567	(227)
Despesas gerais e administrativas	(9.825)	(3.695)	(229)	(18)	(2)	(7.836)	(949)
Outras despesas líquidas	156	496	-	-	-	144	(244)
	<u>(9.669)</u>	<u>(3.199)</u>	<u>(229)</u>	<u>(18)</u>	<u>(2)</u>	<u>(7.692)</u>	<u>(1.193)</u>
Lucro (prejuízo) operacional	3.764	10.178	3.345	(18)	(3)	11.875	(1.420)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	(1.384)	(1.568)	-
Resultado financeiro	<u>(1.574)</u>	<u>676</u>	<u>1.936</u>	<u>202</u>	<u>60</u>	<u>1.044</u>	<u>136</u>
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	2.190	10.854	5.281	184	(1.327)	11.351	(1.284)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(703)</u>	<u>(3.647)</u>	<u>(1.414)</u>	<u>(50)</u>	<u>(15)</u>	<u>(4.387)</u>	<u>(284)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>1.487</u>	<u>7.207</u>	<u>3.867</u>	<u>134</u>	<u>(1.342)</u>	<u>6.964</u>	<u>(1.568)</u>

De janeiro a dezembro de 2024

	TCE	TLA	Niyati	Tegmax	TegUp	Catlog	FLL
Receita líquida dos serviços prestados	115.261	54.905	6.574	-	-	32.712	42.747
Custo dos serviços prestados	(96.684)	(43.838)	(3.164)	-	-	(28.048)	(29.014)
Lucro bruto	18.577	11.067	3.410	-	-	4.664	13.733
Despesas gerais e administrativas	(8.391)	(3.193)	(185)	(77)	(8)	(1.093)	(6.326)
Outras (despesas) receitas líquidas	(139)	(63)	-	1	-	-	(170)
	<u>(8.530)</u>	<u>(3.256)</u>	<u>(185)</u>	<u>(76)</u>	<u>(8)</u>	<u>(1.093)</u>	<u>(6.496)</u>
Lucro (prejuízo) operacional	10.047	7.811	3.225	(76)	(8)	3.571	7.237
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	(1.033)	1.539	-
Resultado financeiro	763	581	1.514	106	7	1.459	349
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	10.810	8.392	4.739	30	(1.034)	6.569	7.586
Imposto de renda e contribuição social	(3.595)	(2.886)	(1.233)	(7)	2	(1.544)	(2.625)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>7.215</u>	<u>5.506</u>	<u>3.506</u>	<u>23</u>	<u>(1.032)</u>	<u>5.025</u>	<u>4.961</u>

Empreendimento controlado em conjunto, respectivamente:

GDL

Em 31 de dezembro de 2025

Ativo	139.580
Passivo	73.140
Patrimônio líquido	66.440

Em 31 de dezembro de 2024

Ativo	114.972
Passivo	55.671
Patrimônio líquido	59.301

	De janeiro a dezembro de 2025	De janeiro a dezembro de 2024
	<u>GDL</u>	<u>GDL</u>
Receita líquida dos serviços prestados	288.007	262.223
Custo dos serviços prestados	<u>(186.160)</u>	<u>(157.461)</u>
Lucro bruto	101.847	104.762
Despesas gerais e administrativas	<u>(14.985)</u>	<u>(13.182)</u>
	<u>(14.985)</u>	<u>(13.182)</u>
Lucro operacional	86.862	91.580
Resultado financeiro	<u>(1.546)</u>	<u>(282)</u>
Lucro antes dos impostos	85.316	91.298
Imposto de renda e contribuição social	<u>(28.926)</u>	<u>(30.704)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>56.390</u>	<u>60.594</u>

10 Imobilizado

Política contábil

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>% anual</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Edifícios	4,0	4,0
Computadores e periféricos	20,0	20,0
Instalações	10,0	10,0
Veículos	12,0	12,0
Máquinas e equipamentos/ferramentas	10,0	10,0
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25,0	25,0
Móveis e utensílios e embalagens e outros	29,0	29,0

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas líquidas" na demonstração do resultado.

Movimentação do imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2025	2.322	5.808	1.371	5.487	50.662	2.971	11.972	2.077	4.746	87.416
Aquisições (iii)	178	-	70	322	11.671	695	12.339	1.114	20.792	47.181
Alienações	-	-	(3)	(2)	(146)	-	-	(1)	-	(152)
Depreciação	-	(453)	(689)	(929)	(3.890)	(500)	(4.359)	(442)	-	(11.262)
Outros	-	-	-	-	-	19	-	-	(94)	(75)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	2.500	5.355	749	4.878	58.297	3.185	19.952	2.748	25.444	123.108
Saldos em 31 de dezembro de 2025										
Custo	2.500	11.334	8.153	11.386	98.706	11.921	83.165	6.186	25.444	258.795
Depreciação acumulada	-	(5.979)	(7.404)	(6.508)	(40.409)	(8.736)	(63.213)	(3.438)	-	(135.687)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	2.500	5.355	749	4.878	58.297	3.185	19.952	2.748	25.444	123.108

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024	2.322	6.262	1.877	5.831	41.633	2.776	6.077	6.575	2.210	75.563
Aquisições (iii) (iv)	-	-	312	571	12.603	710	8.776	909	6.225	30.106
Alienações	-	-	(51)	-	(643)	-	(3)	-	-	(697)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.638)	(3.638)
Depreciação	-	(454)	(772)	(915)	(3.007)	(515)	(2.881)	(369)	-	(8.913)
Outros (v)	-	-	5	-	76	-	3	(5.038)	(51)	(5.005)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	2.322	5.808	1.371	5.487	50.662	2.971	11.972	2.077	4.746	87.416
Saldos em 31 de dezembro de 2024										
Custo	2.322	11.334	8.089	11.208	87.603	11.209	70.826	5.074	4.746	212.411
Depreciação acumulada	-	(5.526)	(6.718)	(5.721)	(36.941)	(8.238)	(58.854)	(2.997)	-	(124.995)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	2.322	5.808	1.371	5.487	50.662	2.971	11.972	2.077	4.746	87.416

(i) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão de logística integrada - segmento industrial).

(ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras, benfeitorias próprias e de terceiros.

(iii) A Companhia realiza benfeitorias em imóveis de terceiros para o desenvolvimento de suas operações. Parte dessas benfeitorias são realizadas na Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., que é considerada como partes relacionadas, totalizando R\$ 8.671 no período de janeiro a dezembro de 2025 (R\$ 1.166 no período de janeiro a dezembro de 2024).

(iv) No primeiro trimestre de 2024 houve renovação de cavalos mecânicos e semirreboques, sendo R\$ 6.257 na Controladora.

(v) Refere-se principalmente ao aumento de capital efetuado na controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda, por meio de transferência de embalagens.

	Consolidado									
	Terrenos (i)	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalagens e outros (ii)	Imobilizado em andamento (iii)	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2025	63.138	61.177	1.439	8.274	79.034	4.013	16.351	6.345	5.842	245.613
Aquisições (iv)	40.205	-	83	323	18.819	743	15.093	1.698	20.912	97.876
Alienações	-	-	(3)	(3)	(954)	(1)	-	(181)	-	(1.142)
Depreciação	-	(3.301)	(713)	(1.499)	(5.818)	(712)	(6.395)	(2.855)	-	(21.293)
Outros(v)	-	-	22	-	-	22	-	34	(91)	(13)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	103.343	57.876	828	7.095	91.081	4.065	25.049	5.041	26.663	321.041
Saldos em 31 de dezembro de 2025										
Custo	103.343	82.529	8.936	17.682	145.108	17.092	110.386	15.251	26.663	526.990
Depreciação acumulada	-	(24.653)	(8.108)	(10.587)	(54.027)	(13.027)	(85.337)	(10.210)	-	(205.949)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	103.343	57.876	828	7.095	91.081	4.065	25.049	5.041	26.663	321.041

	Consolidado									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalagens e outros (ii)	Imobilizado em andamento (iii)	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024	63.138	64.478	1.935	8.908	65.680	4.005	10.906	8.756	2.694	230.500
Aquisições (vi)	-	-	349	837	19.851	773	10.174	2.028	6.837	40.849
Alienações	-	-	(51)	-	(1.717)	(3)	-	(281)	-	(2.052)
Transferências (vii)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.638)	(3.638)
Depreciação	-	(3.301)	(794)	(1.471)	(4.780)	(734)	(4.729)	(4.158)	-	(19.967)
Outros	-	-	-	-	-	(28)	-	-	(51)	(79)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	63.138	61.177	1.439	8.274	79.034	4.013	16.351	6.345	5.842	245.613
Saldos em 31 de dezembro de 2024										
Custo	63.138	82.529	8.838	17.504	129.138	16.328	95.293	14.392	5.842	433.002
Depreciação acumulada	-	(21.352)	(7.399)	(9.230)	(50.104)	(12.315)	(78.942)	(8.047)	-	(187.389)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	63.138	61.177	1.439	8.274	79.034	4.013	16.351	6.345	5.842	245.613

- (i) Refere-se a aquisição de um terreno na cidade de Camaçari – BA, por meio da controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda.
- (ii) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão de logística integrada - segmento industrial).
- (iii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras, benfeitorias próprias e de terceiros.
- (iv) A Companhia realiza benfeitorias em imóveis de terceiros para o desenvolvimento de suas operações. Parte dessas benfeitorias são realizadas na Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., que é considerada como partes relacionadas, totalizando R\$ 8.671 no período de janeiro a dezembro de 2025 (R\$ 1.166 no período de janeiro a dezembro de 2024).
- (v) Inclui saldos adicionados em decorrência da aquisição da Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda no montante R\$ 64, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i)
- (vi) A Companhia e sua controlada Tegma Cargas Especiais renovaram parte de suas frotas em 2024.
- (vii) Refere-se a reclassificação para intangível em andamento conforme NE 11 item (i).

Os montantes de depreciação e amortização foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Depreciação (NE 10)	(11.262)	(8.913)	(21.293)	(19.967)
Amortização (NE 11)	(9.553)	(5.887)	(9.966)	(6.179)
	(20.815)	(14.800)	(31.259)	(26.146)

Os montantes de depreciação e amortização segregados entre custos e despesas foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Custo dos serviços prestados	(12.652)	(10.443)	(23.077)	(21.751)
Despesas gerais e administrativas	(8.163)	(4.357)	(8.182)	(4.395)
	(20.815)	(14.800)	(31.259)	(26.146)

11 Intangível

Política contábil

Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio (“goodwill”) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, sendo registrado como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (“impairment”) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de reconhecimento são atendidos. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Movimentação do intangível

	Controladora											
	2025						2024					
	Ágio Nortev	Ágio Boni Amazon	Total	Software	Intangível em andamento	Total	Ágio Nortev	Ágio Boni Amazon	Total	Software	Intangível em andamento	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro	120.877	32.791	153.668	29.387	594	183.649	120.877	32.791	153.668	15.842	-	169.510
Aquisições	-	-	-	-	13.173	13.173	-	-	-	2.885	13.524	16.409
Ativação	-	-	-	11.094	(11.094)	-	-	-	-	16.567	(16.567)	-
Transferências (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.638	3.638
Amortização	-	-	-	(9.553)	-	(9.553)	-	-	-	(5.887)	-	(5.887)
Outros	-	-	-	230	(236)	(6)	-	-	-	(22)	-	(22)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	120.877	32.791	153.668	31.158	2.437	187.263	120.877	32.791	153.668	29.385	595	183.648
Saldos em 31 de dezembro												
Custo	120.877	34.851	155.728	94.646	2.437	252.811	120.877	34.851	155.728	83.320	595	239.643
Amortização acumulada	-	(2.060)	(2.060)	(63.488)	-	(65.548)	-	(2.060)	(2.060)	(53.935)	-	(55.995)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	120.877	32.791	153.668	31.158	2.437	187.263	120.877	32.791	153.668	29.385	595	183.648

(i) Em 2024 refere-se à reclassificação entre imobilizado em andamento para intangível em andamento conforme NE 10 item (vii).

	Consolidado														
	2025								2024						
	Ágio Nortev	Ágio Boni Amazon	Ágio TCE	Ágio Buskar-me	Total	Software	Intangível em andamento	Total	Ágio Nortev	Ágio Boni Amazon	Ágio TCE	Total	Software	Intangível em andamento	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro	120.877	32.791	6.364	-	160.032	30.316	595	190.943	120.877	32.791	6.364	160.032	16.748	-	176.780
Aquisições (ii)	-	-	-	12.983	12.983	3.704	14.497	31.184	-	-	-	-	3.202	13.524	16.726
Ativação	-	-	-	-	-	11.101	(11.101)	-	-	-	-	-	16.567	(16.567)	-
Transferências (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.638	3.638
Amortização	-	-	-	-	-	(9.966)	-	(9.966)	-	-	-	-	(6.179)	-	(6.179)
Outros (iii)	-	-	-	-	-	372	(236)	136	-	-	-	-	(22)	-	(22)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	120.877	32.791	6.364	12.983	173.015	35.527	3.755	212.297	120.877	32.791	6.364	160.032	30.316	595	190.943
Saldos em 31 de dezembro															
Custo	120.877	34.851	6.364	12.983	175.075	100.188	3.755	279.018	120.877	34.851	6.364	162.092	85.074	595	247.761
Amortização acumulada	-	(2.060)	-	-	(2.060)	(64.661)	-	(66.721)	-	(2.060)	-	(2.060)	(54.758)	-	(56.818)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	120.877	32.791	6.364	12.983	173.015	35.527	3.755	212.297	120.877	32.791	6.364	160.032	30.316	595	190.943

(i) Em 2024 refere-se à reclassificação entre imobilizado em andamento para intangível em andamento conforme NE 10 item (vii).

(ii) Inclui em 2025 montante de R\$ 3.704 referente a ativo identificado na aquisição da Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i)

(iii) Inclui saldo adicionado em decorrência da aquisição da Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda no montante R\$ 149, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i)

Testes por redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com o segmento operacional. Os testes do ágio para verificação de *impairment* foram efetuados para os seguintes investimentos considerados relevantes:

	2025	2024
Nortev (automotivo)	120.877	120.877
TCE/Boni Amazon (logística integrada)	39.155	39.155
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A.	16.693	16.693
Rabbot Technologies Ltd	5.305	5.305
Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda	12.983	-

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as que seguem:

	2025	2024
PIB (i)	1,78%	2,00%
Inflação anual (ii)	4,20%	3,79%
Crescimento perpetuidade (iii)	5,54%	5,60%
Taxa de desconto (iv)	14,90%	14,24%
Taxa de desconto (v)	16,88%	16,71%

- (i) Média de projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para os próximos 5 anos em 2025 (5 anos em 2024), conforme informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
- (ii) Média de projeção do crescimento do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) para os próximos 5 anos em 2025 (5 anos em 2024), conforme projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
- (iii) Taxa de crescimento baseada nas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (2025 e 2024) e inflação anual (2025);
- (iv) Taxa de desconto nominais apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (Nortev e TCE/Boni).
- (v) Taxa de desconto nominais apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (GDL).

O valor a recuperar, calculado com base no valor em uso, das três UGCs, foi superior ao valor contábil. Nesse sentido, não houve necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* no ano de 2025.

A Companhia procede com a realização de teste de testes de *impairment* para os intangíveis de vida útil indefinida (ágio) anualmente, ou em período inferior, caso identifique indícios de não recuperabilidade.

12 Empréstimos e financiamentos**Política contábil**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas Controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Empréstimos e financiamentos - moeda local				
NCE - Nota de crédito de exportação (a.i)	63.857	46.867	63.857	46.867
Finame (a.ii)	41.703	38.841	62.093	59.129
	105.560	85.708	125.950	105.996
Circulante	29.256	28.801	29.767	29.089
Não circulante	76.304	56.907	96.183	76.907
	105.560	85.708	125.950	105.996

Considerando os empréstimos bancários, o custo médio total da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foi de CDI + 1,34% (CDI + 1,60% em 31 de dezembro 2024).

a. Empréstimos e financiamentos

i. NCE – Nota de crédito de exportação

Em agosto de 2023, a Companhia firmou contrato de empréstimo em Reais com o Banco Santander S.A., sem garantia real, no montante de R\$ 45.000, com vencimentos do principal em 2 parcelas iguais de R\$ 22.500 (agosto de 2025 e agosto de 2026) e pagamentos de juros semestrais a partir de fevereiro de 2024. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 1,65% ao ano. A taxa de juros desse contrato em 31 de dezembro de 2025 é de 16,58% ao ano (31 de dezembro de 2024 é de 13,80% ao ano). Essa operação não possui qualquer cláusula restritiva (*covenants* financeiros).

Em dezembro de 2025, a Companhia firmou contrato de empréstimo em Reais com o Banco Itaú S.A., sem garantia real, no montante de R\$ 40.000, com vencimento do principal no final do contrato (dezembro de 2027) e pagamentos de juros anuais a partir de dezembro de 2026. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 0,80 % ao ano. A taxa de juros desse contrato em 31 de dezembro de 2025 é de 15,70% ao ano. Essa operação não possui qualquer cláusula restritiva (*covenants* financeiros).

ii. BNDES Finame

TGL – Tegma Gestão Logística S.A.

Em novembro de 2022 a Companhia firmou contrato de empréstimo em Reais com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na modalidade Finame Direto com crédito aprovado no montante de R\$ 45.000 destinado à aquisição de bens de capital de fabricação nacional.

Em dezembro de 2022 houve a liberação de parte do valor da linha crédito no valor principal de R\$ 32.568, em fevereiro de 2024 houve a liberação adicional de R\$5.910 e em março de 2025 a última liberação de R\$6.522, totalizando R\$45.000 mediante a comprovação dos investimentos, de renovação de frota própria de cavalos mecânicos. Para essa captação, a taxa de juros negociada foi de SELIC + 1,50% ao ano, sendo que os juros são semestrais com período de carência de 2 (dois) anos. Após o período de carência a amortização do principal será mensal e o vencimento ocorrerá em dezembro de 2032 para a parcela inicial, fevereiro de 2034 para a parcela adicional e março de 2035 para a parcela final. Considerando o indexador mencionado, a taxa de juros desse contrato é de 16,5% ao ano em 31 de dezembro de 2025 (13,75% ao ano em 31 de dezembro de 2024).

A operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros:

- Dívida Líquida/LAJIDA (i) igual ou inferior a 2,50; e,

- LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50.
- (i) LAJIDA - resultado líquido dos últimos 12 meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está adimplente com estas cláusulas.

TCE – Tegma Cargas Especiais Ltda.

Em setembro de 2023 a Tegma Cargas Especiais Ltda. firmou contrato de empréstimo em Reais com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na modalidade Finame Direto com crédito aprovado no montante de R\$ 20.000 destinado à aquisição de bens de capital de fabricação nacional.

Em setembro de 2023 houve a liberação de parte do valor da linha crédito no valor principal de R\$ 6.266 e em dezembro de 2023 houve a liberação adicional de R\$5.005 e em maio de 2024 o valor de R\$8.729, totalizando R\$20.000, mediante a comprovação dos investimentos realizados nas aquisições de carretas silo, destinadas ao transporte de produtos químicos. Para essa captação, a taxa de juros negociada foi de SELIC + 1,69% ao ano, sendo que os juros são semestrais com período de carência de 3 (três) anos. Após o período de carência a amortização do principal será mensal e o vencimento ocorrerá em setembro de 2039, dezembro de 2039 e maio de 2040, respectivamente para cada uma das liberações mencionadas acima. Considerando o indexador, a taxa de juros desse contrato é de 16,69% ao ano em 31 de dezembro de 2025 (13,94% ao ano em 31 de dezembro de 2024).

A operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros:

- Índice de Dívida Líquida Sobre EBITDA em nível igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos); e EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas em nível igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está adimplente com estas cláusulas.

Cronograma dos vencimentos

As parcelas vincendas, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
De 1 a 12 meses	29.256	28.801	29.767	29.089
De 13 a 24 meses	45.421	27.123	46.628	27.244
De 25 a 36 meses	5.625	4.810	7.163	6.017
De 37 a 48 meses	5.625	4.810	7.163	6.348
De 49 a 60 meses	5.625	4.810	7.163	6.348
De 61 a 72 meses	5.625	4.810	7.163	6.348
De 73 a 84 meses	5.625	4.810	7.163	6.348
De 85 a 96 meses	1.554	4.810	3.092	6.348
De 97 a 108 meses	1.000	739	2.538	2.277
De 109 a 120 meses	204	185	1.742	1.723
De 121 a 132 meses	-	-	1.538	1.538
De 133 a 144 meses	-	-	1.538	1.538
De 145 a 156 meses	-	-	1.538	1.538
De 157 a 168 meses	-	-	1.418	1.538
De 169 a 180 meses	-	-	336	1.418
De 181 a 192 meses	-	-	-	336
	105.560	85.708	125.950	105.996
Circulante	29.256	28.801	29.767	29.089
Não circulante	76.304	56.907	96.183	76.907
	105.560	85.708	125.950	105.996

Movimentações dos empréstimos e financiamentos

Segue a movimentação para o exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos				
Saldo em 1º de janeiro	85.708	90.045	105.996	101.599
Captação	46.522	5.910	46.522	14.639
Juros apropriados	12.137	10.453	15.239	12.479
Pagamento de principal	(26.572)	(10.000)	(26.615)	(10.000)
Juros pagos	(12.235)	(10.700)	(15.268)	(12.721)
Outros	-	-	76	-
Saldo em 31 de dezembro	105.560	85.708	125.950	105.996

13 Arrendamento e direito de uso

O reconhecimento e a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento são efetuados de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) Arrendamentos.

Os principais arrendamentos são constituídos por imóveis de terceiros e equipamentos ligados à operação e possuem vários prazos de vigência, com o último vencimento em outubro de 2030.

A Companhia e suas controladoras se valeram das isenções previstas, e os arrendamentos de curto prazo e os contratos de ativos de baixo valor permanece sendo contabilizados como “Aluguéis e leasing” conforme podem ser observados na nota explicativa nº 22.

A mensuração inicial dos contratos de arrendamento foi reconhecida pelo valor presente das suas contraprestações à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo. A taxa nominal utilizada para o cálculo contempla a base de taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro e o spread de endividamento da Companhia.

A remensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso é realizada para os contratos que sofrem alterações e/ou atualizações, e sua remensuração é reconhecida no passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso no mesmo montante. Para os contratos que são reajustados anualmente por índices de inflação e não tiveram mudanças em seus prazos contratuais e em seu escopo, as taxas iniciais são mantidas. Já para os novos contratos, renovações contratuais e/ou alterações no escopo, a taxa é revisada e aplicada a cada contrato, considerando a taxa livre de risco referente ao período de cada contrato, adicionada do spread de endividamento da Companhia no momento da alteração.

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas nos novos contratos e renovações, levando em conta os prazos contratuais:

Prazo dos contratos	Taxas a.a.	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
de 1 a 12 meses	15,94%	15,09%
de 13 a 24 meses	16,05%	15,21%
de 25 a 36 meses	15,64%	15,54%
de 37 a 48 meses	17,26%	15,56%
de 49 a 60 meses	15,81%	16,36%

Quando ocorrem modificações no arrendamento que diminuam o âmbito do contrato há a remensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento refletindo a extinção parcial ou total do contrato, com isso é reconhecido o ganho ou a perda na demonstração do resultado.

Segue movimentação do ativo de direito de uso para o exercício:

Controladora

	2025		2024			
	Imóveis	Total	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro	71.624	71.624	61.643	549	808	63.000
Adição	11.062	11.062	33.441	-	-	33.441
Baixa	-	-	-	-	(475)	(475)
Transferência	-	-	2.885	-	-	2.885
Depreciação (i)	(27.375)	(27.375)	(26.345)	(549)	(333)	(27.227)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	55.311	55.311	71.624	-	-	71.624
Saldos em 31 de dezembro						
Custo	87.353	87.353	197.000	2.931	-	199.931
Depreciação acumulada	(32.042)	(32.042)	(125.376)	(2.931)	-	(128.307)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	55.311	55.311	71.624	-	-	71.624
Saldos em 31 de dezembro						
Saldos com terceiros	38.959	38.959	47.513	-	-	47.513
Saldos com partes relacionadas (ii)	16.352	16.352	24.111	-	-	24.111
Saldos líquidos em 31 de dezembro	55.311	55.311	71.624	-	-	71.624

	Consolidado						
	2025			2024			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro	59.259	5.760	65.019	55.506	600	9.043	65.149
Adição	31.381	5.074	36.455	32.892	-	(305)	32.587
Baixa	-	-	-	-	-	(594)	(594)
Depreciação (i)	(29.547)	(3.677)	(33.224)	(29.139)	(600)	(2.384)	(32.123)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	61.093	7.157	68.250	59.259	-	5.760	65.019
Saldos em 31 de dezembro							
Custo	94.714	11.156	105.870	199.176	3.253	6.082	208.511
Depreciação acumulada	(33.621)	(3.999)	(37.620)	(139.917)	(3.253)	(322)	(143.492)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	61.093	7.157	68.250	59.259	-	5.760	65.019
Saldos em 31 de dezembro							
Saldos com terceiros	54.711	7.157	61.868	49.194	-	5.760	54.954
Saldos com partes relacionadas (ii)	6.382	-	6.382	10.065	-	-	10.065
Saldos líquidos em 31 de dezembro	61.093	7.157	68.250	59.259	-	5.760	65.019

(i) Os montantes apresentados na depreciação de direito de uso estão brutos de impostos (PIS e COFINS), sendo R\$ 27.375 na Controladora e R\$ 33.224 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 27.227 na Controladora e R\$ 32.123 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024), enquanto os montantes registrados no resultado são de R\$ 25.152 na Controladora e R\$ 30.461 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 25.042 na Controladora e R\$ 29.489 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Inclui na Controladora, R\$ 9.970 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 14.046 em 31 de dezembro de 2024), referente ao direito de uso de arrendamento mercantil de imóveis com a controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda., conforme nota explicativa nº 26.

Segue movimentação do passivo de arrendamento para o exercício:

Controladora

	2025		2024			
	Imóveis	Total	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro	78.782	78.782	66.805	533	829	68.167
Adições	11.062	11.062	33.441	-	-	33.441
Baixas	-	-	-	-	(515)	(515)
Juros apropriados (i)	10.911	10.911	9.098	27	149	9.274
Transferência	-	-	3.665	-	-	3.665
Pagamento do principal	(26.591)	(26.591)	(25.165)	(533)	(314)	(26.012)
Pagamento de juros	(10.911)	(10.911)	(9.062)	(27)	(149)	(9.238)
Saldo em 31 de dezembro	63.253	63.253	78.782	-	-	78.782
Circulante	33.528	33.528	31.249	-	-	31.249
Não circulante	29.725	29.725	47.533	-	-	47.533
	63.253	63.253	78.782	-	-	78.782
Saldo com terceiros	43.168	43.168	50.546	-	-	50.546
Saldo com partes relacionadas (ii)	20.085	20.085	28.236	-	-	28.236
	63.253	63.253	78.782	-	-	78.782

	Consolidado							
	2025				2024			
	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro	63.832	5	7.240	71.077	60.091	586	9.993	70.670
Adições	31.381	-	5.074	36.455	32.892	-	(305)	32.587
Baixas	-	(5)	-	(5)	-	-	(643)	(643)
Juros apropriados (i)	11.227	-	1.682	12.909	7.436	29	1.379	8.844
Pagamento do principal	(27.898)	-	(3.563)	(31.461)	(29.178)	(581)	(1.809)	(31.568)
Pagamento de juros	(11.226)	-	(1.682)	(12.908)	(7.409)	(29)	(1.375)	(8.813)
Saldo em 31 de dezembro	67.316	-	8.751	76.067	63.832	5	7.240	71.077
Circulante	35.269	-	4.762	40.031	25.953	5	2.722	28.680
Não circulante	32.047	-	3.989	36.036	37.879	-	4.518	42.397
	67.316	-	8.751	76.067	63.832	5	7.240	71.077
Saldo com terceiros	59.720	-	8.751	68.471	52.259	5	7.240	59.504
Saldo com partes relacionadas (ii)	7.596	-	-	7.596	11.573	-	-	11.573
	67.316	-	8.751	76.067	63.832	5	7.240	71.077

(i) Os montantes apresentados em juros apropriados estão brutos de impostos (PIS e COFINS), sendo R\$ 10.911 na Controladora e R\$ 12.908 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 9.238 na Controladora e R\$ 8.813 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024), enquanto os montantes registrados no resultado são de R\$ 9.999 na Controladora e R\$ 11.738 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.979 na Controladora e R\$ 8.837 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Inclui na Controladora, R\$ 12.489 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 16.663 em 31 de dezembro de 2024), referente ao passivo de arrendamento de imóveis, com a controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda., conforme nota explicativa nº 26.

As parcelas vencíveis apresentam o seguinte cronograma de vencimentos do arrendamento mercantil:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
De 1 a 12 meses	33.528	31.249	40.031	28.680
De 13 a 24 meses	16.911	19.736	22.951	17.520
De 25 a 36 meses	11.740	11.402	11.482	9.825
Acima de 37 meses	1.074	16.395	1.603	15.052
	63.253	78.782	76.067	71.077
Circulante	33.528	31.249	40.031	28.680
Não circulante	29.725	47.533	36.036	42.397
	63.253	78.782	76.067	71.077
Saldo com terceiros	43.168	50.546	68.471	59.504
Saldo com partes relacionadas	20.085	28.236	7.596	11.573
	63.253	78.782	76.067	71.077

A Companhia reconhece seus passivos de arrendamento pelo valor presente de suas contraprestações brutas, incluindo potenciais créditos de impostos que usufruirão no momento da quitação de cada parcela do arrendamento. Desse modo o potencial crédito tributário embutido no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso é de:

	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Nominal	Valor presente	Nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	107.341	81.570	113.840	84.858
PIS e COFINS potencial (9,25%) (i)	8.423	6.339	8.872	6.313

(i) Os contratos de veículos e contratos com pessoas físicas não possuem crédito de PIS e COFINS.

Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, a Companhia e suas Controladas não consideram a inflação futura projetada no valor presente dos pagamentos futuros para a mensuração e remensuração dos seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso. Levando em conta que os prazos dos contratos de arrendamento são de no máximo 6 anos, não estimamos impactos relevantes nos saldos apresentados decorrentes das atuais taxas de juros no mercado brasileiro.

14 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	6.729	7.149	7.969	8.399
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) de terceiros	439	181	489	194
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	18.953	17.583	20.490	19.181
Imposto sobre serviços (ISS)	1.275	975	1.774	1.461
Programa de integração social (PIS)	1.217	1.548	1.525	1.813
Outros tributos a recolher	922	405	988	422
	29.535	27.841	33.235	31.470

15 Salários e encargos sociais

Política contábil

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas Controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Férias a pagar	15.883	13.667	18.434	16.085
Instituto Nacional de Seguridade Social a pagar	7.060	3.281	7.913	3.907
Gratificações e participação nos lucros a pagar	11.676	9.810	12.547	10.581
Fundo de garantia por tempo de serviço a pagar	1.527	935	1.814	1.123
Outras	1.739	1.483	1.974	1.734
	37.885	29.176	42.682	33.430

(ii) Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas Controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

A lei nº 9.656/98 prevê que os empregados demitidos e/ou aposentados que contribuem com o custeio do plano privado de saúde possuem o direito de utilizar as mesmas condições de cobertura assistencial concedido pela Companhia e suas Controladas conforme as disposições legais.

A Companhia possui o saldo de provisão do passivo atuarial no montante R\$ 1.909 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.856 em 31 de dezembro de 2024).

As principais hipóteses e dados demográficos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são a seguir resumidas:

	2025	2024
Taxa de desconto	11,47%a.a.	11,74%a.a.
HCCTR	7,18%a.a.	7,12%a.a.
Inflação de longo prazo	4,0%a.a.	4,0%a.a.
Taxa de desligamento	66% ao ano	66% ao ano
Tábua de mortalidade geral (suavizada em 10%)	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

A Companhia efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios em 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

	2025			
	Taxa de juros		Inflação	
Obrigação Atuarial	1,00%	(1,00%)	1,00%	(1,00%)
	659	(887)	(920)	686

	2024			
	Taxa de juros		Inflação	
Obrigação Atuarial	1,00%	(1,00%)	1,00%	(1,00%)
	447	(587)	(638)	483

A Companhia reconhece as perdas atuariais decorrentes de premissas atuariais diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, líquido de imposto de renda diferido apenas ao final do exercício, quando é auferido o cálculo atuarial por consultor independente.

16 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

Política contábil

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A mesma sistemática se aplica aos honorários advocatícios sobre as discussões administrativas ou judiciais sobre as referidas obrigações, ou seja, quando provável o êxito da Companhia em determinada discussão, os valores a serem pagos a título de honorários advocatícios são passíveis de provisão. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Os depósitos judiciais são classificados no ativo não circulante e não são compensados com as referidas provisões.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento que totalizavam na Controladora, R\$ 209.025 em 31 de dezembro de 2025, (R\$ 875.120 em 31 de dezembro de 2024), no consolidado R\$ 235.768 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 887.476 em 31 de dezembro de 2024), estão em discussão estes processos na esfera administrativa, como na judicial. Sempre que aplicável são amparadas por depósitos judiciais. Estes valores contemplam todos os processos classificados como prováveis, possíveis e remotos. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração na medida em que há expectativa de desembolso futuro, amparada em opinião de seus consultores jurídicos externos.

Os valores mencionados acima são classificados conforme indicado a seguir:

Risco	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Prováveis	17.680	18.674	20.664	21.692
Possíveis	154.098	155.515	174.008	163.409
Remotos	37.247	700.931	41.096	702.375
	209.025	875.120	235.768	887.476

Provisões constituídas com base nas perdas prováveis

As provisões constituídas e correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Trabalhistas e previdenciárias	17.587	16.602	(14.863)	(14.636)
Tributárias	3.505	3.315	(151)	(149)
Cíveis (i)	682	549	(2.666)	(3.889)
	21.774	20.466	(17.680)	(18.674)

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Trabalhistas e previdenciárias	20.267	19.199	(17.847)	(17.526)
Tributárias	3.505	3.315	(151)	(149)
Cíveis (i)	806	664	(2.666)	(4.017)
	24.578	23.178	(20.664)	(21.692)

- (i) Contém provisão decorrente da venda da Direct Express, firmada entre a Companhia e 8M Participações que prevê que a Companhia está obrigada a indenizar a 8M Participações por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, que superassem no seu valor agregado R\$ 40.000. Por outro lado, a 8M Participações obriga-se a indenizar a Companhia por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos posteriores à data da compra. No exercício de 2017, o montante das obrigações pagas pela 8M Participações indenizáveis pela Companhia superaram o valor agregado. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo das provisões existentes, referente às contingências de conhecimento da Companhia, totaliza R\$ 2.355 (R\$ 3.640 em 31 de dezembro de 2024).

Abaixo segue a movimentação das provisões para demandas judiciais para o exercício:

	Controladora							
	2025				2024			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 01 de janeiro	14.717	149	3.808	18.674	14.286	-	10.618	24.904
Constituição	1.589	10	80	1.679	1.158	9	16	1.183
Constituição INSS FAP	794	-	-	794	664	-	-	664
Demandas judiciais a pagar	(328)	-	-	(328)	-	-	-	-
Baixa por depósito judicial	(354)	-	-	(354)	(374)	-	65	(309)
Pagamento	(1.474)	(8)	(1.303)	(2.785)	(1.364)	-	(6.891)	(8.255)
Outros	-	-	-	-	347	140	-	487
Saldo em 31 de dezembro	14.944	151	2.585	17.680	14.717	149	3.808	18.674

	Consolidado							
	2025				2024			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 01 de janeiro	17.607	149	3.936	21.692	17.097	135	10.783	28.015
Constituição (reversão)	1.719	10	(48)	1.681	1.721	14	92	1.827
Constituição INSS FAP	835	-	-	835	758	-	-	758
Demandas judiciais a pagar	(328)	-	-	(328)	-	-	-	-
Baixa por depósito judicial	(404)	-	-	(404)	(527)	-	(41)	(568)
Pagamento	(1.501)	(8)	(1.303)	(2.812)	(1.442)	-	(6.898)	(8.340)
Saldo em 31 de dezembro	17.928	151	2.585	20.664	17.607	149	3.936	21.692

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda possível classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Trabalhistas e previdenciárias	10.496	10.474	12.646	11.308
Tributárias	131.668	132.941	149.297	139.919
Cíveis	11.934	12.100	12.065	12.182
	154.098	155.515	174.008	163.409

Trabalhistas e previdenciárias

Referem-se principalmente a casos relacionados com operações descontinuadas, bem como casos em que a Companhia responde solidariamente ou subsidiariamente com prestadoras de serviços terceirizados.

a. Tributárias

As principais naturezas das discussões tributárias são:

- Questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ISS e ICMS; e
- Questionamentos relativos à origem de créditos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS utilizados para compensações de débitos tributários.

A principal demanda decorre de créditos de PIS e COFINS sobre a integralidade dos gastos incorridos na subcontratação de empresas de transporte optantes pelo SIMPLES. A origem dessa contestação tem como base o reconhecimento de créditos em dezembro de 2017. Em decorrência desse fato a Companhia (i) realizou as retificações de suas Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF) dos 5 anos anteriores, com a finalidade de alocar esses valores de créditos de PIS e COFINS; e (ii) alterou sua forma de apuração das contribuições referente ao futuro. Durante o ano de 2018, a Companhia e sua controlada TCE receberam despachos decisórios da Receita Federal do Brasil referentes à não homologação das compensações de débitos tributários desses respectivos créditos apurados do passado. Importante mencionar que na época, não houve questionamento do mérito da origem do crédito, mas sim uma discrepância entre cruzamento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade na esfera administrativa no decorrer do exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2025 o valor na Controladora é R\$ 45.885 (R\$ 42.445 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado R\$ 49.254 (R\$ 45.572 em 31 de dezembro de 2024).

Além disso, a Companhia tomou conhecimento da lavratura de auto de infração que questiona o uso desse crédito integral durante o ano calendário de 2019, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 11.306 na Controladora (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 10.562) e tomou conhecimento, em julho de 2024, de auto de infração no valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 16.007 (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 15.485) na Controladora sobre os anos calendário de 2021 e 2022. As defesas desses dois autos de infração aguardam julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Embora a Companhia e seus assessores externos entendam que a tese possua argumentos jurídicos consistentes, a Companhia, de forma conservadora, deixou de aplicar essa tese em 2023, passando a classificar esses valores em sua integralidade como chances possíveis de êxito.

Em fevereiro de 2023 a Companhia recebeu o despacho decisório da Receita Federal que não homologou parte das compensações tributárias realizadas com créditos de PIS e COFINS provenientes da ação judicial, já transitada em julgado, que garantiu o direito de excluir o ICMS das suas respectivas bases de cálculo. Do valor do crédito utilizado de R\$ 103.406 em compensações com débitos tributários, reconhecido nos exercícios de 2019 e 2020, não foram homologados R\$ 21.860 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 20.037 em 31 de dezembro de 2024), já com incidência de multa e juros. A Companhia apresentou tempestiva defesa contra esse despacho decisório.

Em janeiro de 2018, a Companhia tomou conhecimento de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP através de autos de infração emitidos entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2025 o montante atualizado da demanda é de R\$ 7.238 (R\$ 9.105 em 31 de dezembro de 2024), esse valor tem como base a receita auferida pela filial de Mauá/SP.

A Controlada Tegma Cargas Especiais LTDA tomou conhecimento, em julho de 2025, da notificação de auto de infração, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que realizou a glosa de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS referente às apurações de janeiro de 2021 a abril de 2025. O valor principal é de R\$ 3.915 e o total da autuação, com a incidência de juros e multa, é de R\$ 10.406. A Companhia apresentou defesa administrativa, que aguarda julgamento pelo Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo.

Cíveis

As principais ações indenizatórias correspondem a danos materiais, morais e pensionamento em virtude de acidentes de trânsito, envolvendo transportadoras subcontratadas pela Companhia.

Perdas remotas não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda remota classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Trabalhistas e previdenciárias	19.154	17.409	20.088	18.260
Tributárias (i)	11.319	678.571	12.002	679.163
Cíveis	6.774	4.951	9.006	4.952
	37.247	700.931	41.096	702.375

(i) As principais demandas são:

- A principal demanda na esfera tributária decorre de oportunidades tributárias referentes a créditos de PIS e COFINS, em dezembro de 2017, a Companhia apurou créditos sobre os gastos incorridos em itens do imobilizado aos últimos 5 anos de operações. A Companhia realizou a retificação de suas Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF) com a finalidade de alocar esses valores de créditos de PIS e COFINS. Durante o ano de 2018, a Companhia e sua controlada TCE receberam despachos decisórios da Receita Federal do Brasil referentes à não homologação das compensações de débitos tributários dos respectivos créditos. Importante mencionar que não houve questionamento do mérito da origem do crédito, mas sim uma discrepância entre cruzamento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade na esfera administrativa no decorrer do exercício de 2018. Os assessores da Companhia classificaram as chances de perda como “remota”. O valor na Controladora é R\$ 8.650 em 31 de dezembro de 2025(R\$ 8.028 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado R\$ 9.271 em 31 de dezembro de 2025(R\$ 8.604 em 31 de dezembro de 2024).
- Em janeiro de 2018, a Companhia tomou conhecimento de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP, onde o município considerou de forma equivocada a receita bruta total auferida pela Companhia, e não somente a da filial de Mauá/SP que deveria ser a base da respectiva fiscalização. Em fevereiro de 2018, a defesa da Companhia foi apresentada na esfera administrativa e toda a documentação suporte adicional foi disponibilizada ao município. Em 04 de julho de 2019, a Secretaria de Finanças do município solicitou informações adicionais, que foram disponibilizadas em 15 de agosto de 2019. Em agosto de 2021, a Companhia tomou ciência da decisão de 1ª instância que manteve integralmente os valores dos autos de infração. A Companhia apresentou os respectivos recursos administrativos em conjunto com um extenso relatório probatório de todas as receitas auferidas por cada filial durante o período fiscalizado com a finalidade de afastar o arbitramento sobre sua receita bruta. Em novembro de 2025, o Recurso da Companhia foi julgado e o Tribunal Administrativo afastou o método de arbitramento utilizado na base de cálculo do lançamento do tributo, que envolvia a receita global auferida pela Companhia em detrimento à auferida apenas pelo estabelecimento de Mauá e não há recurso especial no regimento do processo administrativo. Em razão disso, os valores classificados como remotos foram efetivamente baixados (R\$ 668.977 em 31 de dezembro de 2024).

Outros temas

a. Terço constitucional de férias

O Supremo Tribunal Federal - STF finalizou, em 28/08/2020, o julgamento do Recurso Extraordinário 1.072.485/PR (Tema 985 da Repercussão Geral) que considerou constitucional a incidência da contribuição previdenciária patronal (em regra, de 20%) sobre os valores pagos aos empregados a

título de terço constitucional de férias. Com base nessa decisão, a Companhia realizou o depósito judicial do valor não recolhido da contribuição no passado em sua ação própria com a finalidade de aguardar modulação dos efeitos do julgamento do STF, decorrente de pedido realizado em sede embargos de declaração. Em 12/06/2024, o STF julgou esses embargos e, de forma definitiva, decidiu que os efeitos da respectiva decisão apenas podem ocorrer a partir do julgamento sobre o mérito. Dessa forma, a Companhia aguarda apenas a vinculação dessa decisão em seu processo próprio para poder levantar os valores depositados.

b. Contribuição sobre salário maternidade

A Companhia possui ação judicial, com ingresso em 2005, para fins de garantir o seu direito de não recolhimento da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de salário maternidade às suas funcionárias. Com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2020, do processo com repercussão geral sobre o tema favorável ao contribuinte, a Companhia obterá muito possivelmente julgamento favorável em seu próprio processo. Dessa forma, a Companhia poderá, a partir do trânsito em julgado favorável em sua ação, realizar a restituição e/ou compensações tributárias dos valores pagos dessa contribuição no passado. Esses valores estão sendo levantados pela Companhia com base em documentos comprobatórios próprios de declarações e recolhimentos.

c. Busca e apreensão – Operação Pacto

No dia 17 de outubro de 2019 a Companhia foi alvo de mandado de busca e apreensão de dados e documentos autorizada pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo, em virtude de investigação que, até então, não era do conhecimento da Companhia, e que foi iniciada por um “Acordo de Leniência Parcial” firmado por uma das empresas concorrentes da Tegma no mercado de transporte de veículos zero quilômetro. A investigação visa apurar suposta ação concertada no transporte de veículos zero quilômetro importados para um cliente da Companhia, do porto de Vitória à Estação Aduaneira do Interior, operação essa encerrada pela empresa em 2015, e que já naquela época representava um volume imaterial frente às receitas para a Companhia. A busca e apreensão em nada afetou as operações da Companhia.

Em função dos eventos descritos, o Conselho de Administração determinou, em reunião do dia 01 de novembro de 2019, a constituição de um Comitê Independente, composto por três membros e assessorado por escritórios especializados, para conduzir uma investigação profunda e meticulosa dos fatos atribuídos à Companhia, objeto da documentação constante do Acordo de Leniência que deu origem à busca e apreensão mencionada. Em 30 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia recebeu o relatório e parecer final da investigação, o qual concluiu que não há evidências de práticas anticoncorrenciais, tampouco de qualquer ilícito capaz de sustentar as acusações que deram origem à Operação Pacto.

Em setembro de 2022, foi oferecida denúncia na referida Operação. Nenhum dos denunciados integra o quadro de colaboradores da Companhia e nem tampouco houve determinação de qualquer medida patrimonial em face da Tegma. Em junho de 2025, STF reconheceu nulidade da Operação e ilicitude de todas as provas produzidas, determinando o seu arquivamento, o que foi acatado pelo juízo de primeira instância, encerrando o processo.

Com relação ao CADE, após sucessivas prorrogações do prazo do Inquérito, foi instaurado o respectivo Processo Administrativo, que se encontra em fase inicial de instrução.

17 Imposto de renda e contribuição social**Política contábil***Imposto de renda e contribuição social correntes*

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, está limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos

diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social no balanço patrimonial são:

Tegma Gestão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro 2025		31 de dezembro 2024		31 de dezembro 2025		31 de dezembro 2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Impostos de renda pessoa jurídica (IRPJ)	20.084	(7.671)	15.152	(21.851)	21.713	(8.875)	16.163	(22.404)
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	6.716	(3.946)	4.879	(8.721)	6.842	(4.531)	5.015	(8.982)
	26.800	(11.617)	20.031	(30.572)	28.555	(13.406)	21.178	(31.386)
Circulante	6.665	(11.617)	1.599	(30.572)	8.420	(13.406)	2.746	(31.386)
Não circulante (i)	20.135	-	18.432	-	20.135	-	18.432	-
	26.800	(11.617)	20.031	(30.572)	28.555	(13.406)	21.178	(31.386)

- (i) Em setembro de 2021, o STF concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.063.187, decidindo favoravelmente aos contribuintes e declarando inconstitucional a incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic recebida em casos de repetição de indébito tributário. A Controladora possui ação própria sobre essa matéria, ainda sem decisão favorável e atrelada ao julgamento no STF. Sobre esse tema, a Controladora possui valores envolvidos que podem ser recuperados, especialmente no que se refere à tributação pelo IRPJ e CSLL, ocorrida em 2019, sobre a atualização dos valores de créditos PIS e COFINS reconhecidos, provenientes do trânsito em julgado de sua ação de repetição decorrentes da exclusão do ICMS de suas respectivas bases de cálculo. Com base no resultado do julgamento, a Controladora reconheceu em seu balanço de 30 de setembro de 2021 o montante de R\$ 12.919. O saldo é de R\$ 20.135 em 31 de dezembro de 2025 (R\$18.432 em 31 de dezembro de 2024).

Tegma Gestão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	327.871	364.786	338.373	377.468
Alíquota nominal combinada imposto sobre a renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto sobre a renda e contribuição social pela alíquota nominal	(111.476)	(124.027)	(115.047)	(128.339)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	15.814	18.077	9.116	9.950
Juros sobre capital próprio	10.537	10.537	10.537	10.537
Outras	217	444	(17)	996
	26.568	29.058	19.636	21.483
Imposto sobre a renda e contribuição social no resultado	(84.908)	(94.969)	(95.411)	(106.856)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(77.184)	(99.347)	(87.913)	(107.820)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.724)	4.378	(7.497)	964
	(84.908)	(94.969)	(95.410)	(106.856)
Alíquota efetiva	25,9%	26,0%	28,2%	28,3%

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Prejuízos fiscais				
Imposto de renda com prejuízos fiscais	-	-	2.024	1.979
Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	1.201	1.191
	-	-	3.225	3.170
Diferenças temporárias ativas				
Provisões para PLR e gratificação	3.978	3.344	4.264	3.596
Provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	804	1.129	961	1.255
Provisões para demandas judiciais	6.177	6.514	7.191	7.541
Provisões para fretes a pagar	808	2.116	1.338	2.187
Provisão de pedágios a pagar	1.485	3.785	1.485	3.788
Arrendamento	3.160	2.893	4.039	3.412
Provisão de Benefícios	976	1.342	1.015	1.424
Provisão de Seguros	1.256	1.236	1.320	1.332
Provisão <i>cut-off</i>	4.178	3.444	4.178	3.444
Passivo atuarial	649	631	649	631
Outras	3.570	5.411	4.451	5.788
	27.041	31.845	30.891	34.398
Diferenças temporárias passivas				
Amortização de ágio fiscal (i)	(20.459)	(20.459)	(20.459)	(20.459)
Diferença de taxa de depreciação (ii)	(11.177)	(8.795)	(17.381)	(13.873)
Outras	(2.181)	(1.661)	(3.440)	(1.662)
	(33.817)	(30.915)	(41.280)	(35.994)
	(6.776)	930	(7.164)	1.574

(i) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurado na aquisição de controladas, já amortizado na sua totalidade.

(ii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a diferença de depreciação de bens do ativo imobilizado pela aplicação de taxas de depreciação diferentes para fins fiscais e contábeis.

A segregação do imposto de renda e contribuição social diferidos entre ativo e passivo por empresa está apresentado a seguir:

	Consolidado			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	27.041	(33.817)	-	(6.776)
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	929	(10)	919	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	31	-	31	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	5.813	(6.090)	-	(277)
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda	3	-	3	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	299	(1.363)	-	(1.064)
	34.116	(41.280)	953	(8.117)

	Consolidado			
	Em 31 de dezembro de 2024			
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	31.845	(30.915)	930	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	2.023	(9)	2.014	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	49	-	49	-
Tegma Logística de Veículos Ltda	-	-	-	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	3.363	(5.058)	-	(1.695)
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda	9	-	9	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	279	(12)	267	-
	37.568	(35.994)	3.269	(1.695)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldos em 01 de janeiro	930	(3.888)	1.574	820
Constituição – efeito resultado	(7.724)	4.378	(7.497)	964
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	18	(210)	18	(210)
Outros (i) (ii)	-	650	(1.259)	-
Saldos em 31 de dezembro	(6.776)	930	(7.164)	1.574

- (i) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos adicionados as contas da Companhia em virtude da incorporação da Catlog Logística de Transportes Ltda pela Tegma Gestão Logística S.A. em maio de 2024.
- (ii) Inclui em 2025 montante de R\$ 1.259 referente a passivo fiscal diferido identificado na aquisição da Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i)

A Companhia possui a seguinte expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
	2025	2024	2025	2024
De 1 a 12 meses	4.056	6.369	7.844	9.963
De 13 a 24 meses	5.408	6.369	6.182	6.940
De 25 a 36 meses	5.408	6.369	6.182	6.888
De 37 a 48 meses	5.408	6.369	6.182	6.888
Acima de 48 meses	6.761	6.369	7.726	6.889
	27.041	31.845	34.116	37.568

18 Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Movimentação de veículos e cargas	1.742	2.431	2.394	2.702
Pedágio	4.149	3.971	4.160	3.980
Aluguel	5.374	6.355	7.014	7.699
Seguros	15.221	10.888	15.676	11.502
Comunicação dados e voz	654	463	659	473
Benefícios	3.695	4.618	3.867	4.905
Serviços de consultoria	2.995	3.286	3.265	3.417
Manutenções diversas	2.518	2.659	3.231	3.074
Combustível	233	1	233	113
Impostos e taxas	507	169	513	198
Vigilância	2.021	3.006	2.222	3.166
Outros (i)	1.941	1.594	28.320	4.551
	41.050	39.441	71.554	45.780
Circulante	41.050	39.441	71.554	45.780
	41.050	39.441	71.554	45.780

(i) Em 2025, consta o montante de R\$ 22.840 referente a parcela a ser paga de um terreno na cidade de Camaçari – BA, por meio da controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda, conforme nota explicativa nº 10 item (iv).

19 Patrimônio líquido

Política contábil

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido em uma conta redutora do capital, líquidos de impostos.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio referente ao montante mínimo obrigatório, conforme o Estatuto Social da Companhia, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral, sendo destacado em conta específica no patrimônio líquido denominada de “Dividendo adicional proposto”. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 460.000, dividido em 66.002.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 22 de novembro de 2025, houve aumento de capital no montante de R\$ 21.161 mediante a capitalização de parcela das reservas de lucros, não havendo diluição dos acionistas, visto que não houve a emissão de novas ações.

A composição acionária da Companhia é constituída da seguinte forma:

Categoria	Quantidade de ações	% Total
Mopia Participações e Empreendimentos Ltda.	15.396.481	23%
Cabana Empreendimentos e Participações Ltda.	4.817.704	7%
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	13.207.034	20%
Outros acionistas (controladores)	515.373	1%
Administradores	101	-
Tesouraria	65.143	-
Controladores, administradores e tesouraria	34.001.836	52%
Ações em circulação	32.001.079	48%
Total de ações	66.002.915	100%
Tesouraria	65.143	
	65.937.772	

b. Reservas de Lucro

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia opta pela utilização do crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito na sua apuração, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. Até dezembro de 2023, esses montantes foram equiparados a uma subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº 160/2017 e destinados para reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei 6.404/76 e § 4º e 5º no artigo 30 da Lei 12.973/2014.

Com a publicação da Lei nº 14.879/2023, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, a legislação sobre subvenção de investimento foi sensivelmente alterada, inclusive com expressa revogação dessa equiparação mencionada acima. Diante desse cenário, a manutenção de uma conta de reservas de incentivos fiscais passou a não ser mais necessária.

Em razão disso, esses valores de reserva de incentivos fiscais foram objeto de aumento de capital social da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de fevereiro de 2024.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, com base no artigo 38, 1º do Estatuto Social. Essa reserva tem a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades principais que compõem o objeto social da Sociedade em montante não superior a 70% (setenta por cento) do lucro líquido distribuível até o limite máximo do capital social da Sociedade.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos e remuneração de acionistas, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância do artigo 196, das Leis das Sociedades por Ações.

c. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, o saldo de ações em tesouraria corresponde a 65.143 ações ordinárias, no montante de R\$ 343.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e,
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto". Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

O cálculo dos dividendos referente ao exercício de 2025 é assim demonstrado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	242.963	269.817
Reserva legal	<u>(12.148)</u>	<u>(13.491)</u>
Base de cálculo	<u>230.815</u>	<u>256.326</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>57.704</u>	<u>64.082</u>
Dividendos intercalares pagos	131.876	112.094
Juros sobre capital próprio intercalares pagos	21.100	19.122
Dividendos intermediários	100.225	-
Dividendos adicionais propostos	-	29.013
Juros sobre capital próprio adicionais propostos	<u>-</u>	<u>9.890</u>
	<u>253.201</u>	<u>170.119</u>
Porcentagem sobre a base de cálculo	110%	66%

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2024, foi aprovada a proposta da Administração e destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que resultou na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio complementares de R\$ 47.475, aos acionistas da Companhia, sendo R\$ 35.606 em dividendos e R\$ 11.869 em juros sobre capital próprio, ambos pagos no dia 17 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de agosto de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 73.850 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 6.594 referente ao primeiro semestre do exercício de 2024, ambos pagos em 21 de agosto de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 38.244 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 12.528 referente ao terceiro trimestre de 2024, ambos pagos em 21 de novembro de 2024.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 09 de abril de 2025, foi aprovada a proposta da Administração e destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que resultou na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio complementares de R\$ 38.903, aos acionistas da Companhia, sendo R\$ 29.013 em dividendos e R\$ 9.890 em juros sobre capital próprio, ambos pagos no dia 23 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de agosto de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 79.785 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 9.231, referente ao primeiro semestre de 2025 e que foram pagos em 19 de agosto de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de novembro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 52.091 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 11.869, respectivamente, a serem pagos em 18 de novembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 100.225, que foram pagos em 29 de dezembro de 2025.

e. Passivo atuarial

Decorre de ganhos e perdas decorrentes de provisão de benefícios pós-emprego. Esse componente é reconhecido como outros resultados abrangentes no grupo de ajustes de avaliação patrimonial.

20 Informações por segmento de negócio

Política contábil

A Companhia classifica suas análises de negócios em:

- **Logística automotiva:** divisão que realiza transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias e gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda, composto pela Controladora e suas Controladas Tegmax, Tech Cargo, Niyati, Fastline, Buskar.me, Catlog (até 01/05/2024 data de incorporação). A Companhia inaugurou em 2018 a Corporate Venture chamada de TegUp, para fins de divulgação ela é considerada na divisão logística automotiva; e,
- **Logística integrada:** divisão que realiza operações de transporte, armazenagem e gestão de estoque, para diversos segmentos de mercado como químico, eletrodoméstico e bens de consumo, composta por suas controladas TCE e TLA. O empreendimento controlado em conjunto GDL é incluído via equivalência patrimonial na Divisão de Logística Integrada (a partir de 2025).

Tegma Gestão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo resumo das informações por segmento de negócio:

	Em 31 de dezembro de 2025			Em 31 de dezembro de 2024		
	Logística automotiva	Logística integrada	Total	Logística automotiva	Logística integrada	Total
Ativo						
Ativo circulante	525.569	91.329	616.898	611.483	101.245	712.728
Ativo não circulante	653.022	66.825	719.847	546.077	70.589	616.666
	1.178.591	158.154	1.336.745	1.157.560	171.834	1.329.394
Passivo						
Passivo circulante	264.405	29.485	293.890	245.095	17.819	262.914
Passivo não circulante	135.420	35.202	170.622	115.307	29.764	145.071
Patrimônio líquido	778.766	93.467	872.233	797.158	124.251	921.409
	1.178.591	158.154	1.336.745	1.157.560	171.834	1.329.394
Consolidado						
	De janeiro a de dezembro de 2025			De janeiro a de dezembro de 2024		
	Logística automotiva	Logística integrada	Total	Logística automotiva	Logística integrada	Total
Receita líquida dos serviços prestados	2.062.159	163.269	2.225.428	1.920.059	170.068	2.090.127
Custo dos serviços prestados	(1.617.855)	(125.528)	(1.743.383)	(1.462.179)	(126.391)	(1.588.570)
Despesas operacionais	(107.443)	(12.809)	(120.252)	(95.446)	(11.047)	(106.493)
Despesas com depreciação, amortização (i) e Amortização de direito de uso (ii)	(44.359)	(17.361)	(61.720)	(38.463)	(17.172)	(55.635)
Resultado de equivalência patrimonial	248	26.563	26.811	30.348	(1.084)	29.264
Resultado financeiro	12.378	(889)	11.489	7.402	1.373	8.775
Imposto de renda e contribuição social	(91.060)	(4.350)	(95.410)	(100.380)	(6.476)	(106.856)
	214.068	28.895	242.963	261.341	9.271	270.612

Lucro líquido do período

- (i) R\$ 23.077 em dezembro 2025 (R\$ 21.751 em dezembro de 2024) refere-se a parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 8.182 em dezembro 2025 (R\$ 4.395 em dezembro 2024) atribuída a despesas gerais administrativas, totalizando R\$ 31.259 em dezembro 2025 (R\$ 26.146 em dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 22.
- (ii) R\$ 29.814 em dezembro de 2025 (R\$ 28.765 em dezembro de 2024) refere-se a parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 647 em dezembro de 2025 (R\$ 724 em dezembro de 2024) atribuída a despesas gerais administrativas, totalizando R\$ 30.461 em dezembro 2025 (R\$ 29.489 em dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 22.

As receitas dos 7 maiores clientes representaram aproximadamente 80% do total das receitas em 2025 (79% em 2024).

A maior parte da receita da Companhia é originada de serviços prestados a clientes sediados no Brasil, sendo a parcela referente a clientes estrangeiros considerada imaterial para fins de divulgação separada.

21 Receita líquida dos serviços prestados

Política contábil

A Companhia e suas Controladas prestam serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químico e eletrodomésticos. A receita de transporte é reconhecida ao longo do tempo, com base na estimativa da duração do percurso, (proporcionalmente à evolução das viagens). A receita de armazenagem é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Os preços de serviços são determinados com base em acordos ou conforme contratos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Serviços logísticos	2.498.645	2.291.277	2.772.020	2.584.350
Serviços de armazenagem	-	-	-	873
	2.498.645	2.291.277	2.772.020	2.585.223
Descontos, seguros e pedágio	(131.414)	(108.354)	(138.335)	(116.519)
	2.367.231	2.182.923	2.633.685	2.468.704
Impostos incidentes	(361.079)	(332.093)	(408.257)	(378.577)
	2.006.152	1.850.830	2.225.428	2.090.127

22 Despesas por função e por natureza

A reconciliação das despesas por função é a seguinte:

Tegma Gestão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Custo dos serviços prestados	(1.624.617)	(1.449.123)	(1.796.274)	(1.639.086)
Despesas gerais e administrativas	(106.435)	(90.505)	(125.909)	(107.546)
Despesas comerciais	(847)	(702)	(3.913)	(2.864)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	956	(2.892)	864	(3.161)
	(1.730.943)	(1.543.222)	(1.925.232)	(1.752.657)

As despesas são apresentadas nos resultados individuais e consolidados por natureza, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Serviços de fretes – agregados	(1.403.822)	(1.269.129)	(1.504.545)	(1.394.937)
Salários	(112.392)	(93.337)	(131.500)	(109.636)
Encargos sociais	(62.231)	(50.711)	(73.687)	(60.701)
Serviços terceirizados	(75.849)	(71.298)	(82.540)	(78.120)
Aluguéis e leasing	(26.050)	(24.817)	(29.201)	(27.399)
Depreciação e amortização	(20.815)	(14.800)	(31.259)	(26.146)
Amortização direito de uso	(25.152)	(25.042)	(30.461)	(29.489)
Benefícios a empregados	(35.655)	(30.417)	(44.324)	(37.647)
Custos variáveis	(14.086)	(14.421)	(13.700)	(16.997)
Outros gastos gerais	(10.340)	(4.205)	(32.494)	(23.965)
Manutenção	(22.218)	(18.625)	(31.949)	(28.009)
Combustíveis e lubrificantes	(17.257)	(14.640)	(20.736)	(17.362)
Outros gastos com pessoal	(16.252)	(11.743)	(17.662)	(13.018)
Utilidades	(3.322)	(3.335)	(3.982)	(3.996)
Comunicação	(2.398)	(2.432)	(2.560)	(2.655)
Custos rescisórios	(2.947)	(2.185)	(3.766)	(2.503)
Materiais	(2.766)	(3.378)	(3.771)	(4.091)
Despesa de viagem	(4.616)	(3.765)	(4.804)	(3.955)
Indenização de extravio	(1.368)	(1.035)	(1.435)	(1.056)
Contribuições e doações	(1.460)	(1.787)	(1.512)	(1.805)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	956	(2.892)	864	(3.161)
Crédito PIS/COFINS	129.097	120.772	139.792	133.991
	(1.730.943)	(1.543.222)	(1.925.232)	(1.752.657)

23 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Recuperação de despesas	682	701	1.300	868
Ajustes de estoques	-	-	-	(35)
Ganho na venda de ativo imobilizado líquido	192	266	461	778
Baixa direito de uso / arrendamento	-	41	-	50
Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas	(1.679)	(1.183)	(1.681)	(1.827)
Outras receitas (despesas) operacionais	38	2.234	(203)	2.125
	(767)	2.059	(123)	1.959

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Receitas financeiras				
Juros ativos	1.815	3.873	2.044	4.760
Atualização monetária INSS FAP	2.073	1.091	2.180	1.184
Receita de aplicação financeira	31.626	20.429	41.363	28.873
Ganhos cambiais	-	382	-	399
Outras	877	71	907	71
	36.391	25.846	46.494	35.287
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos bancários	(12.137)	(10.453)	(15.239)	(12.479)
Despesas bancárias	(1.784)	(1.952)	(1.892)	(2.074)
Perdas cambiais	(853)	-	(854)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	(9.999)	(8.979)	(11.738)	(8.837)
Atualização monetária INSS FAP	(2.073)	(1.091)	(2.180)	(1.184)
Juros passivos	(305)	(234)	(395)	(353)
Outras despesas financeiras	(2.323)	(1.185)	(2.707)	(1.585)
	(29.474)	(23.894)	(35.005)	(26.512)
	6.917	1.952	11.489	8.775

25 Resultado por ação**a. Lucro básico por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	242.963	269.817
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>65.937.772</u>	<u>65.937.772</u>
Lucro básico por ação em Reais	<u>3,68</u>	<u>4,09</u>

b. Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (excluídas as ações em tesouraria), para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos.

Em 2025 e 2024, a Companhia não possui qualquer fator diluidor em relação ao básico. Dessa forma, o lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é igual ao lucro básico por ação, de R\$ 3,68 e R\$ 4,09, respectivamente.

26 Partes relacionadas

A Companhia realiza no curso normal de seus negócios, operações de transportes, aluguel de imóveis, entrega e inspeção de pré-entrega (*Pre-Delivery Inspection - PDI*) com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as condições de mercado. A Companhia também realiza rateio de custos e despesas operacionais.

a. Transações com empresas relacionadas**Balanco patrimonial**

Tegma Gestão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Ativo Circulante				
Partes relacionadas				
Grupo Itavema (i)	660	502	666	503
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	34	34
GDL Logística Integrada S.A. (v)	382	-	382	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	862	1.194	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	415	691	-	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	1.823	1.124	-	-
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	20	19	-	-
Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda.	84	-	-	-
Outros	-	-	5	-
	4.246	3.530	1.087	537
Total do ativo circulante	4.246	3.530	1.087	537
Ativo Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas				
GDL Logística Integrada S.A. (iii)	1.115	1.115	1.115	1.115
	1.115	1.115	1.115	1.115
Direito de uso				
GDL Logística Integrada S.A. (iv)	2.301	2.374	2.301	2.374
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	9.970	14.046	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	4.081	7.691	4.081	7.691
	16.352	24.111	6.382	10.065
Total ativo não circulante	17.467	25.226	7.497	11.180
Total do ativo	21.713	28.756	8.584	11.717

Tegma Gestão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Passivo circulante				
Arrendamento mercantil				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	6.725	6.397	-	-
GDL Logística Integrada S.A. (v)	2.233	2.181	2.233	2.181
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	5.192	4.953	5.192	4.953
	14.150	13.531	7.425	7.134
Partes relacionadas				
Tegma Logística de Armazéns Ltda	25	18	-	-
GDL Logística Integrada S.A.	373	88	382	114
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	606	577	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda.	468	447	468	447
Tegma Cargas Especiais Ltda.	-	-	-	-
Rabbit Serviços de Tecnologia S.A.	75	75	100	100
Fastline Logística Automotiva Ltda.	4	4	-	-
	1.551	1.209	950	661
Total do passivo circulante	15.701	14.740	8.375	7.795
Passivo não circulante				
Arrendamento mercantil				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	5.764	10.266	-	-
GDL Logística Integrada S.A. (iv)	171	171	171	171
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	-	4.268	-	4.268
	5.935	14.705	171	4.439
Partes relacionadas				
GDL Logística Integrada S.A. (iii)	504	504	524	524
Outros (vii)	-	-	6.855	-
	6.439	15.209	7.550	4.963
Total do passivo não circulante	6.439	15.209	7.550	4.963
Total do passivo	22.140	29.949	15.925	12.758

Demonstração do resultado exercício:

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2025	De janeiro de 2024	De janeiro de 2025	De janeiro de 2024
	a dezembro de 2025	a dezembro de 2024	a dezembro de 2025	a dezembro de 2024
Receita de serviços prestados				
Grupo Itavema (i)	2.123	1.093	2.323	1.411
GDL Logística Integrada S.A. (v)	382	-	382	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	6.928	6.371	-	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	-	1	-	-
	9.433	7.465	2.705	1.411
Despesas gerais e administrativas				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	(6.607)	(6.977)	-	-
GDL Logística Integrada S.A. (iv)	(3.353)	(3.614)	(3.353)	(3.624)
Tegma Cargas Especiais Ltda.	(26)	(1)	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda	(53)	(38)	-	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	(5)	-	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	(4.826)	(5.539)	(4.826)	(5.539)
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	(825)	(965)	(1.170)	(1.195)
Grupo Itavema (i)	(1)	(16)	(1)	(16)
Fundação Otacilio Coser (vi)	(888)	(984)	(931)	(1.015)
LMFSP Gestão Empresarial Ltda (viii)	(1.068)	-	(1.068)	-
	(17.652)	(18.134)	(11.349)	(11.389)
Outras receitas operacionais				
Grupo Itavema (i)	19	16	19	16
Tegma Cargas Especiais Ltda.	8.012	7.430	-	-
GDL Logística Integrada S.A.	-	218	-	218
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	3.778	3.602	-	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	3.947	4.011	-	-
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	186	162	-	-
Catlog Logística de Transporte S.A.	-	1.006	-	-
	15.942	16.445	19	234
Resultado financeiro				
Outros	-	-	-	3
	7.723	5.776	(8.625)	(9.741)

- (i) A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de armazenamento, transporte, revisão e entrega de veículos, bem como de revisão, entrega e inspeção de pré-entrega (Pre-Delivery Inspection - PDI) com algumas empresas do Grupo Itavema, empresas essas, relacionadas de forma direta e/ou indireta com a Companhia, através da sua Controladora Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. ("Mopia");
- (ii) A Companhia mantém com a Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade sob controle comum da Companhia, contrato de locação de imóveis comerciais localizados em São Bernardo do Campo-SP e Gravataí-RS, dessa

forma esse contrato enquadra-se na nova norma CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. Adicionalmente, a Companhia realiza benfeitorias nos imóveis, sendo R\$ 8.671 de janeiro a dezembro de 2025 (R\$ 1.166 de janeiro a dezembro de 2024), conforme descrito na nota explicativa 10 item (iv);

- (iii) Conforme negociação entre a Companhia e a Holding Silotec na formação do empreendimento controlado em conjunto, parte dos ativos da antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. deverão ser reembolsados à Tegma Gestão Logística S.A. conforme sua realização. Do mesmo modo parte dos passivos deverão ser pagos pela Tegma Gestão Logística S.A.;
- (iv) A Controladora mantém com a GDL Logística Integrada S.A., sociedade sob controle comum da Companhia, contrato de locação de imóveis comerciais localizados em Cariacica-ES, dessa forma esse contrato enquadra-se na nova norma CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil;
- (v) A Controladora efetuou prestação de serviços logísticos para a GDL Logística Integrada S.A., sociedade sob controle comum da Companhia;
- (vi) A Companhia disponibilizou recursos à Fundação Otacilio Coser (FOCO). A FOCO atua desde 1999 no fortalecimento dos elos entre comunidades, escolas e empresas por meio de programas de desenvolvimento de Comunidades Sustentáveis, Rede Escolar e Blend Program. A Fundação é mantida pela COIMEXPAR, holding do Grupo COIMEX (controladora da Tegma), e atua em comunidades em São Paulo e no Espírito Santo.
- (vii) Refere-se a parcela retida e a parcela de pagamento futuro reconhecidas na aquisição da Buskar.Me Logística e Tecnologia Ltda. conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i).
- (viii) A Companhia mantém contrato de prestação de serviços especializados com a empresa LMFSP Gestão Empresarial Ltda, cujo sócio está relacionado com a Controladora Cabana, para atuação no mercado de logística automotiva, segmento caracterizado por alta competitividade operacional e alto grau de complexidade, em regime de exclusividade. Os serviços abrangem apoio a projetos estratégicos, consultoria comercial e operacional, além de suporte em assuntos institucionais relacionados a clientes e fornecedores e, ainda, consultoria para desenvolvimento de negócios nacionais e internacionais, entre outros.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e os diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar por serviços na condição de empregados está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Salários e encargos	(6.610)	(6.380)
Honorários de diretoria (Conselheiros)	(4.928)	(4.067)
Participação nos lucros	(3.247)	(3.063)
	(14.785)	(13.510)

27 Seguros

A Companhia e suas Controladas mantêm seguros, sendo a cobertura contratada, como indicado a seguir, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

- Transporte de cargas - cobertura variando, conforme natureza e tipo de transporte, cobertura de até R\$ 1.700 para carga geral e para veículos de acordo com o modelo transportado, com vigência de 31 de janeiro de 2025 até 31 de março de 2026;
- Armazenagem de mercadorias, essa cobertura, de forma variável, conforme local e tipo de mercadoria, ficou estipulada equivalente a R\$ 170.000, com vigência de 30 de novembro de 2025 até 30 de novembro de 2026;
- Responsabilidade civil contra terceiros danos materiais, corporais, morais e acidentes pessoais - cobertura até R\$1.000, e no caso de frota de terceiros a cobertura é a mesma, com vigência de 30 de junho de 2025 até 30 de junho de 2026;
- Frota de apoio - casco colisão, roubo e incêndio - 100% do valor de mercado tabela FIPE, vigência de 25 de janeiro de 2026 até 25 de janeiro de 2027;
- Demais bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, furto qualificado, danos elétricos e outros - cobertura compreensiva corporativa de R\$ 45.000 com vigência 30 de novembro de 2025 até 30 de novembro de 2026;

- Responsabilidade civil de administradores - cobertura de R\$ 80.000 com vigência de 29 de dezembro de 2025 até 29 de dezembro de 2026;
- Seguro de Responsabilidade Riscos Ambientais – Cobertura R\$ 10.000 com vigência 30 de outubro de 2025 a 30 de outubro de 2026; e
- Seguro de Proteção de dados e Responsabilidade Cibernética (Cyber Edge) - Cobertura R\$ 20.000, com vigência 30 de outubro de 2025 a 30 de outubro de 2026.

A Administração da Companhia, considerando os custos financeiros envolvidos na contratação de seguros para sua frota de caminhões e semirreboques, bem como a probabilidade da ocorrência de sinistros e seus eventuais impactos financeiros na operação, adota a política de não contratar essa proteção, mantendo, todavia, seguros para o ramo da responsabilidade civil contra terceiros, como mencionado anteriormente.

As premissas adotadas para a contratação de seguros são definidas e revisadas pela Administração da Companhia e não fazem parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

28 Informação suplementar das demonstrações dos fluxos de caixa

A preparação e apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, é efetuada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa.

Abaixo estão apresentadas suas informações adicionais:

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	De janeiro de 2024 a dezembro de 2024
Aquisições de imobilizado não pagas	7.282	1.512	31.370	2.652
Aquisições de imobilizado de períodos anteriores pagas no período corrente	918	1.327	2.359	2.831
Receita na venda imobilizado não recebida	18	18	198	18
Aquisições de intangível não pagas	795	1.354	982	1.354
Aquisições de intangível de períodos anteriores pagas no período corrente	50	299	1.355	370
Compensações de Imposto de renda e contribuição social correntes	4.317	79.023	6.356	82.010
Novos contratos de arrendamento	11.062	33.441	36.455	32.587
Atualização monetária INSS FAP	794	664	835	758
Aporte de Capital por meio de ativos	-	5.038	-	-
Aquisições de imobilizado em andamento	94	51	22.827	79
Aquisições de intangível em andamento	2.437	595	3.755	595
Ativo intangível identificado na aquisição de controlada	-	-	3.704	-

